
O sistema de visita e a preservação da arte rupestre em dois sítios de ar livre do Nordeste português: o Vale do Côa e Mazouco

ANTÓNIO PEDRO BATARDA FERNANDES¹

“São os grupos de excursionistas sempre reunidos em volta do seu guia, ou seja, de costas para o que vieram ver. São os outros que contemplam os seus próprios pés enquanto escutam a “audiotour” como se ali estivessem para comunicar por telemóvel com a Pré-História. Isto para já não falar no contínuo fogo-de-artifício provocado pelos clarões dos “flashes” de máquinas compactas, disparadas para as pedras a uma distância que os livros de instruções repetem não estar ao seu alcance.”

Luís Maio, *Fugas – Público*, 12/10/02, p. 8-10.

(Reportagem sobre Stonehenge, um dos monumentos pré-históricos mais visitados do mundo, e que descreve notavelmente o ambiente de visita que um turismo de tipo massificado promove.)

R E S U M O Desde a sua abertura em 1996, o Parque Arqueológico Vale do Côa (PACV) tem estado debaixo de intensa análise e crítica, por parte, na sua maioria, de arqueólogos portugueses e da comunidade local, nomeadamente no que concerne ao sistema de visita implantado no Côa, objecto de discussão neste artigo. Tendo em conta estas críticas e alguns exemplos dos diferentes resultados produzidos pelas estratégias de gestão implementadas noutros sítios de arte rupestre desta área do Nordeste português mas também no Mundo, o objectivo deste artigo será o de discutir a eficácia dos vários sistemas de acesso de visitantes numa perspectiva de preservação versus acesso público não perdendo de vista toda a realidade socio-económica ligada à gestão de recursos culturais mas também turísticos e como tal económicos. Sendo o grande público um dos principais interessados na gestão do Património Cultural (PC), é vital determinar as suas opiniões sobre os sistemas de acesso a estes locais em geral e aos sítios de Arte Rupestre em particular. Assim sendo, no âmbito deste artigo foi efectuado um inquérito de opinião que visa avaliar o grau de satisfação com a

visita que o sistema implantado no Vale do Côa permite. Do mesmo modo, as ideias e sugestões dos parceiros e comunidade local acerca do desenvolvimento económico e a gestão das visitas no Vale do Côa serão também objecto de análise, recorrendo a entrevistas por nós efectuadas e a artigos publicados na imprensa regional e nacional. Considerando o acima mencionado, o intuito deste artigo será o de demonstrar que os sítios de Arte Rupestre, localizados ao ar livre ou não, devido à sua natureza específica, e nomeadamente os situados nesta zona da Península Ibérica, exigem abordagens particulares no que respeita à sua gestão e especialmente na implementação dos sistemas de acesso público.

A B S T R A C T Since the opening of the *Parque Arqueológico Vale do Côa* (Côa Valley Archaeological Park - PAVC) the visitation scheme implemented in the Côa has come under intense scrutiny and criticism, done mostly by Portuguese archaeologists and by the local community. Considering these criticisms and some examples of different results of management strategies implemented in other Rock Art sites in the Northeastern area of Portugal and also in the World, the aim of this paper will be to discuss visitor access systems in a preservation versus public access socio-economic perspective. Since visitors are one of the main stakeholders in Cultural Heritage resources (CHR) management their feelings and opinions on public access schemes will also be assessed by means of a survey that aims to determine visitor satisfaction levels in the Côa Valley. Likewise, stakeholders and local community views on development and visitor management will be considered, resorting to interviews and to articles published in the local and national press. The intent of this paper will be to demonstrate that Rock Art sites, due to their specific nature, and specially the ones situated in this area of the Iberian Peninsula, require particular approaches, namely in the implementation of visitor access systems.

A arte rupestre e a gestão do Património Cultural

Turismo cultural e gestão de visitantes

Nas últimas décadas do século passado, o turismo dito “cultural” ganhou notoriedade e a sua importância no mercado turístico global cresceu substancialmente. Na Grã-Bretanha, por exemplo, assistiu-se a um extraordinário aumento no número de visitantes em museus e monumentos nacionais (Merriman, 2000, p. 8-10), tendência acompanhada pela maior parte dos países ocidentais. No último ano do século XX, a Itália teve mais de 30 milhões (SISTAN, 2002) e a França mais de 22 milhões (MCC, 2002) de visitantes nos seus museus e monumentos históricos. Em Portugal, os indicadores dos últimos 3 anos comprovam uma subida constante no número de visitantes nos museus da rede do Instituto Português de Museus que, em 2001, cobrou mais de um milhão de entradas pagas (IPM, 2002). Neste crescimento foi determinante o fascínio do público pelo que é “genuíno” — e o “Passado” ainda possui, aparentemente, essa qualidade (Lowenthal, 1994) —, ainda que “composto” e por vezes destinado a um consumo massificado (Lowenthal, 1993; Ucko, 2000). Este incremento foi de algum modo demasiado rápido e os profissionais ligados à gestão do PC do mundo inteiro confrontam-se com a mesma crise de crescimento que se traduz nos efeitos nefastos da crescente pressão motivada pelo

aumento de visitantes nos sítios por eles geridos (Boniface e Fowler, 1993; Boniface, 1995; Prentice, 1993).

Além dos impactos negativos do turismo em geral (Archer e Cooper, 1998), motivados por estratégias de desenvolvimento implementadas, muitas vezes de alcance temporal limitado (ver Anfield [1994] ou Phillips [1997] acerca da aplicação de políticas de desenvolvimento sustentado em parques naturais ou Lélé [1991] para uma análise do que se entende por desenvolvimento sustentado hoje em dia), a presença de visitantes causa impactos distintos nos locais patrimoniais acessíveis ao público: vandalismo, deterioração, erosão, ou a perda de autenticidade ou de integridade (ver, por exemplo, Buckley e Pannel [1990] ou Huxley [1994] sobre os impactos ecológicos do turismo ou Jacobs e Gale [1994] para uma visão de conjunto dos impactos das visitas nos Sítios de Arte Rupestre ao Ar Livre [SARAL]). Harrison e Price (1996) chamam também a atenção para o facto de que os contextos naturais e sociais onde numerosos sítios de importante cariz patrimonial estão localizados, e atraindo diversas actividades ligadas ao turismo cultural e “ecológico”, subsistem em equilíbrio delicado com o mundo dito natural. Se nestes locais a gestão dos afluxos de visitantes for efectuada de forma deficiente, os processos naturais de erosão podem sofrer uma aceleração notável, pondo em perigo a preservação destes locais e afectando a harmonia dos ecossistemas envolventes.

Por conseguinte, a sociedade tem vindo cada vez mais a aperceber-se da necessidade de proteger holisticamente o PC, sendo a gestão das visitas apenas uma parte de uma estratégia integrada de preservação concebida de modo a garantir que a nossa herança comum é transmitida em bom estado às gerações futuras, afinal o argumento terminante para a preservação do PC (Holland e Rawles, *apud* Thackray, 1999, p. 57; Kerr, 1996, p. 2; Clark, 2001, p. 12). Os governos de todo o mundo, contando com a colaboração activa de ONG's, começaram a prestar mais atenção a estas questões e agências ou institutos governamentais foram criados ou receberam a incumbência específica de gerir (ou supervisionar a gestão privada do) o PC.

Uma das principais preocupações de uma gestão abrangente dos sítios arqueológicos é a de torná-los acessíveis a todos os indivíduos que compõem a sociedade, recorrendo para isso à criação duma estratégia de acesso público. Se a sociedade paga para que o PC seja protegido, também lhe assiste o direito de apreciá-lo e interpretá-lo de uma forma enquadrada (Hall e McArthur, 1998, p. 87-88). Além do mais, já que as organizações que gerem o património não existem num vazio, o contributo da comunidade e dos vários parceiros acerca das estratégias e métodos de gestão deverá ser bem-vindo (Start, 1999). Assim sendo, os especialistas ligados a esta área sentiram a necessidade de criar e desenvolver uma abordagem teórico-prática específica destinada à gestão do PC e que abrangesse também as questões particulares ligadas à gestão das visitas. Como tal, inúmeros artigos, documentos (sendo talvez o mais influente a *Burra Charter* [Australia ICOMOS, 1999]) e livros especializados (como Cooper et al., 1995; Leask e Yeoman, 1999 ou Hall e McArthur, 1998) foram sendo publicadas sobre a matéria. Muitos autores sublinham o facto de que um equilíbrio tem de ser atingido entre o que devem ser dois dos objectivos nucleares de qualquer organização moderna devotada à gestão do PC: garantir a preservação do património que gerem tornando-o ao mesmo tempo acessível ao grande público (Hall e McArthur, 1998, p. 87, 107).

Existem muitas abordagens acerca da melhor forma de gerir o acesso de visitantes aos sítios de PC. Por exemplo, Shackley (1999) e Boniface (1995), preocupam-se com a gestão dos níveis de satisfação do “cliente-visitante” e com a qualidade do serviço prestado. Estes autores reflectem o que podemos classificar de preocupações “pró-visitante” nas quais a satisfação do visitante aparentemente se sobrepõe às questões ligadas à preservação. No extremo oposto, encontramos os

“conservacionistas”, sobretudo na área da gestão dos sítios de arte rupestre. Soleilhavoup cristaliza esta posição ao afirmar que os SARAL:

“...doivent être préservés de toute profanation. (...) A trop consommer le patrimoine d’art rupestre en plein air dans les zones protégées de parc naturels, par un tourisme extensive, on finira par détruire, non seulement les équilibres naturellement fragiles entre l’art rupestre et son environnement, mais aussi l’esprit de cet art dans la nature, ce qui lui confère sa valeur spirituelle et son authenticité.” (Soleilhavoup, 1993, p. 855)

Compromissos delicados têm de ser conseguidos procurando evitar impactos graves do turismo de massas (ou mesmo tal tipo de turismo) em locais patrimonialmente significantes em geral e nos sítios de arte rupestre em particular, embora assegurando que a sociedade possa desfrutar deste património comum. Se, para alguns, ter a oportunidade de visitar locais “sagrados” de arte rupestre é um privilégio (Sullivan, 1995, p. 83), outros são da opinião de que proporcionar o acesso a qualquer local de valor patrimonial desempenha um papel fundamental e socialmente empenhado numa sociedade aberta e plural (Hall e McArthur, 1996, p. 2-3). De qualquer modo, os gestores do PC encontram-se numa posição delicada ao tentar harmonizar o direito de acesso com a preservação dos sítios que administram. Este desiderato foi já descrito como o “Paradoxo da Gestão do Património” (Hall e McArthur, 1996, p. 3), sendo o compromisso que este paradoxo forçosamente terá de gerar uma questão recorrente neste artigo. Numa sociedade democrática não é muito vantajoso proibir simplesmente o acesso — apesar desta medida ser por vezes a única forma de assegurar a preservação de certos sítios — assim como não é desejável que a pressão decorrente da presença de visitantes faça perigar a manutenção da autenticidade ou integridade de um dado sítio arqueológico. De todo em todo, Hall e McArthur (1998) corporizam uma abordagem ponderada sublinhando que os gestores de PC devem conceber e implementar um sistema de visita que concilie estes dois objectivos contraditórios o mais satisfatoriamente possível. Na maioria dos casos este processo deve levar em conta as características intrínsecas do contexto patrimonial em causa. Embora existindo algumas críticas em relação às abordagens *vis-a-vis* (Soleilhavoup, 1993, p. 885), contextos diferentes requerem soluções diferentes; linhas operacionais *standard* e muito rígidas não possuem, na maior parte das ocasiões, a necessária flexibilidade. De qualquer modo, a Conferência de Nara sobre Autenticidade e PC mundial demonstrou as insuficiências da aplicação de regras algo inflexíveis na abordagem às manifestações e tradições culturais do mundo, que assumem, consoante o seu contexto preciso, características extremamente variegadas (Larsen, 1995).

No mundo de hoje, o turismo cultural suscita, assim como outros tipos de turismo, questões socio-económicas pertinentes ligadas ao desenvolvimento, à sustentabilidade e aos benefícios económicos para as comunidades locais. Por outro lado, a sociedade, ou pelo menos uma significativa parte da sociedade, sente a necessidade de proteger, gerindo, os recursos culturais não-renováveis que valoriza. Consequentemente, o valor do PC tornou-se num assunto muito debatido (Carman [1996], por exemplo, efectua uma análise exaustiva deste tópico). Surgindo não apenas como um reflexo mas também como causa do interesse suscitado pela sociedade neste assunto, este debate sobre o valor do PC contribuiu bastante para que o grande público se apercebesse da necessidade de proteger aquilo que a nossa “alma colectiva” acha por bem valorizar. Contudo, no seio da sociedade, surgem muitas vezes conflitos opondo grupos com interesses “conservacionistas” ou com interesses “desenvolvimentistas”. De qualquer modo, um compromisso tem de ser estabelecido e o sistema de visita é talvez uma das melhores formas de determi-

nar quão bem sucedido foi o compromisso alcançado. A gestão dos testemunhos do passado proporciona uma oportunidade talvez única para resolver conflitos e para implementar políticas de desenvolvimento sustentado que valorizem os recursos culturais para além do seu consumo imediato, para estabelecer as regras de uma boa prática no seu usufruto tentando ainda fomentar a existência de relações harmoniosas entre parceiros, grupos com interesses na gestão do PC, a comunidade, organismos públicos, etc. (Turnbridge e Ashworth, 1996).

Determinar o número ideal de visitantes: o conceito de capacidade de sustentação² aplicado à gestão do PC

Determinar o número máximo de visitantes admitidos durante um certo período de tempo (um dia, um mês, um ano) num dado sítio de valor patrimonial ou em qualquer outro local é uma das questões fulcrais na criação duma estratégia de acesso público. Como o número de visitantes em sítios arqueológicos e locais de valor patrimonial tem vindo a aumentar de uma forma global, os impactos decorrentes da presença humana agravaram-se proporcionalmente. Assim sendo, achou-se necessário recorrer ao conceito de capacidade de sustentação, tradicionalmente usado na gestão agrícola do território, e aplicá-lo à gestão do uso recreativo e turístico do mesmo (Tivy, 1972, p. 2). A capacidade de sustentação de um sítio será determinada não apenas pelo compromisso entre preservação e acesso público mas também pela aptidão de um dado local para receber visitantes sem que a qualidade da experiência de visita se deteriore. Se um sítio não possuir um parque de estacionamento, vários WC's bem localizados ou outras estruturas de apoio, não conseguirá lidar da melhor maneira com um grande número de visitantes. Por outro lado, a afluência de grandes multidões a qualquer atracção turística reduzirá a qualidade da experiência de visita e implicará a delapidação progressiva das estruturas de apoio, das características notáveis e da área natural envolvente, de carácter renovável ou não, o que resultará, no caso dos sítios patrimoniais, no esbatimento ou mesmo na perda das qualidades idiossincráticas que tornam estes locais notáveis.

Consequentemente, todos os locais que atraem visitantes devem impor um número máximo de visitantes diários, um limite a partir do qual a capacidade operacional estará comprometida (Shackley, 1999, p. 69). Para além disso, a gestão de locais de interesse patrimonial preocupa-se também com a monitorização dos impactos que a presença de visitantes origina, de modo a concertar o número de visitantes com a política de preservação em vigor. Somando ainda a todos estes condicionalismos, há ainda que contar, especialmente em atracções privadas, com as receitas necessárias para manter a organização com a saúde financeira que lhe permita cumprir os seus objectivos de preservação, divulgação ou pedagógicos. Já que as receitas são originadas, sobretudo, pelos visitantes, quer por meio do custo das entradas, quer por meio do dinheiro gasto no interior do sítio em artigos de *merchandising* ou nos bares ou restaurantes, uma gestão eficiente terá forçosamente de levar em conta a desejável solidez financeira da organização (Berry, 1994). De qualquer maneira, os Estados devem estar directamente envolvidos na gestão e protecção destes sítios importantes (e não só os sítios inscritos na Lista do Património Mundial são importantes!), de forma a impedir que as típicas dinâmicas de mercado possam ameaçar a preservação de sítios extremamente significativos para a Humanidade.

O conceito de capacidade de sustentação foi importado da área das Ciências Naturais, onde era utilizado na Biologia ou na Agronomia para determinar “o número de animais de uma dada espécie que poderia ser mantido por um dado habitat” (Shelby e Herberlein, 1986, p. 8). Contudo,

será importante distinguir entre capacidade mínima, máxima e óptima. As duas primeiras estabelecem a amplitude da escala na qual a terceira se situará. Para a gestão de sítios de PC ou de museus isto significa que qualquer estrutura que organiza o acesso a um dado sítio necessitará de possuir um número mínimo de visitantes para que possa permanecer em funcionamento. Do mesmo modo haverá um limite, um número máximo de visitantes que qualquer sítio ou organização poderá receber cumprindo regras básicas de segurança. Assim sendo, a capacidade óptima estará situada dentro destes dois limites, estabelecida por um processo que envolve várias formas de avaliação, algumas de cariz subjectivo. O valor fixado por este processo é o compromisso óptimo que prevenirá que a presença de grandes multidões ameace as características notáveis de um sítio, mantendo também uma qualidade de experiência de visita satisfatória (Shelby e Heberlein, 1986, p. 7-22). Intrínseca a este processo de determinação da capacidade de sustentação óptima de um dado sítio, é a “interferência” da relatividade dos julgamentos de valor, reflexo dos interesses e estruturas mentais particulares das pessoas que procederem a este processo de avaliação. Além do mais, se razões puramente económicas influenciarem determinantemente este procedimento, o valor de capacidade óptima pode ser estabelecido muito próximo do nível de capacidade máxima, convidando a que impactos negativos a médio e longo prazo ocorram, fazendo perigar, conseqüentemente, políticas integradas de preservação e protecção.

Alguns autores tentaram estabelecer a capacidade óptima de sustentação de locais recreativos ao ar livre (Fisher e Krutilla, 1972) ou de atracções turísticas em geral (Saleem, 1994). Ao examinar estas propostas é notória a complexidade deste processo e número colossal de diferentes variáveis que têm de ser tidas em conta caso a caso. Por outro lado, Shelby e Heberlein (1986, p. 7-22) chamam a atenção para a subjectividade da avaliação decorrente do contexto ecológico e psicológico humano presente neste processo. Para além destes, outros condicionalismos existem que fazem do processo de determinação da capacidade óptima uma tarefa complicada (Shelby e Heberlein, 1986, p. 98-110; Burton, 1974, p. 175-177), especialmente em sítios ao ar livre (quando um edifício está cheio, cheio está!). Primeiro existem vários tipos de capacidade que podem ser identificados. Shelby e Heberlein (1986, p. 19-21) falam de capacidade de sustentação ecológica, física, social e estrutural. Segundo, temos de considerar todos os factores que podem afectar um processo de determinação da capacidade de sustentação óptima: físicos (geologia, topografia, fauna e flora, recursos hídricos ou clima), sociológicos (comportamentos, religião, cultura ou educação) ou questões ligadas à organização das sociedades humanas (Tivy, 1972, p. 6-7). Todos estes factores, e ainda aqueles que poderão ser identificados aquando do cálculo da capacidade de sustentação de um dado contexto específico (Burton, 1974, p. 177), devem ser considerados e incorporados nos processos de avaliação e de decisão. Este procedimento basear-se-á num método de “ensaio e erro”, já que, na maior parte dos sítios, onde vários factores que afectam a conservação estão activos, é impossível precisar todos os efeitos de possíveis impactos negativos antes destes se produzirem. Por conseguinte, a aplicação deste processo nas práticas de gestão do PC, especialmente naquele que se situa ao ar livre, pode ser, até certa medida, irremediavelmente pernicioso. Em tal procedimento, a preservação do sítio pode estar comprometida, já que é o próprio processo de degradação que fornece uma forma de estimação das suas conseqüências!

Conseqüentemente, o conceito de capacidade de sustentação tem sido pouco usado na gestão do PC, não só por causa das dificuldades de identificação de todas as variáveis presentes, algo que requer uma abordagem multidisciplinar, mas também devido às implicações contraproducentes do processo de “ensaio e erro” acima descritas. A maior parte da pesquisa neste domínio, efectuou-se no âmbito do uso puramente recreativo do território, ou seja de actividades ligadas

ao usufruto do mundo natural tais como a pesca desportiva fluvial, a caça ou o *trekking*. Os EUA foram pioneiros nesta pesquisa, aplicando-a às grandes áreas naturais mais ou menos selvagens do país (Tivy, 1972; Shelby e Heberlein, 1986). Contudo, Burton (1974), recorreu ao conceito aplicando-o a Cannock Chase, Inglaterra, tentando calcular a capacidade de sustentação do uso recreativo deste parque natural dando especial ênfase ao comportamento humano verificado quando a presença de grandes multidões afecta o usufruto contemporâneo de áreas naturais. A conclusão mais relevante deste estudo foi a de que locais de uso recreativo ou de lazer também têm uma capacidade de sustentação perceptível, um limite para além do qual os indivíduos começam a sentir que um dado sítio se encontra demasiado preenchido. Este processo perceptivo encontra-se mais ligado com as características psicológicas humanas do que com as características físicas propriamente ditas de um determinado contexto natural (Burton, 1974, p. 178-180).

Embora mais usado na gestão do uso recreativo e de lazer do território, o conceito de capacidade de sustentação foi também utilizado na gestão do PC, nomeadamente na gestão de sítios de arte rupestre. Ovington et al. (1974) examinaram os problemas, já emergentes nos anos 70 do século passado, ligados ao aumento da pressão dos visitantes num dos monumentos mais significativos da Austrália: Ayers Rock ou como os Aborígenes lhe chamam, Uluru. Tendo em conta o contexto físico, biológico e cultural, e depois de identificar os grupos com interesses mais relevantes na gestão do monumento, os autores analisaram o tempo que os visitantes permaneciam junto das zonas mais significativas de Ayers Rock bem como o impacto dessa presença no meio ambiente detectando o que eles designaram por “factores incómodos (degradação ambiental, grandes ajuntamentos de visitantes, poeira, odores e acumulação de lixo)” (Ovington et al., 1974, p. 43; minha tradução) tentando assim estabelecer a capacidade de sustentação deste local. Dentro de um contexto de desenvolvimento sustentado e aplicando algumas limitações à liberdade de movimentos dos visitantes, estes autores chegaram à estimativa, não muito precisa, de uma capacidade óptima de 2500 a 3000 visitantes diários em dias de grande movimento (Ovington et al., 1974, p. 45).

Embora sendo um conceito muito citado, a maior parte das vezes é utilizado como mais uma expressão para o limite máximo de visitantes, empiricamente estabelecido, admitidos num dado sítio e durante um dado período de tempo. Nos últimos anos a maior parte dos especialistas que lidam com estes assuntos, de um ponto de vista teórico, ou, na maior parte dos casos, prático, têm preferido, devido às dificuldades e possíveis consequências do processo de cálculo da capacidade de sustentação, estabelecer um limite de visitantes baixo, baseado na sua própria experiência e nas características de cada sítio, monitorizando os impactos desse tecto, ajustando-o quando conveniente. De certa maneira, foi este o método utilizado para determinar o limite de visitantes nos sítios abertos ao público no Vale do Côa, como adiante veremos.

As particularidades da gestão e preservação da arte rupestre

Dentro do contexto mais vasto da gestão do PC, os sítios de arte rupestre exigem, devido à sua particularidade, abordagens específicas. Estes locais (quer sítios com pinturas, gravuras ou ambas) podem ser divididos, nomeadamente no que concerne à sua conservação, em 3 grandes categorias consoante a sua localização: os sítios ao ar livre, os situados em grutas ou aqueles encontrados em abrigos naturais ou artificiais. Embora dentro destas três categorias (e certamente de sítio para sítio) os mecanismos erosivos que afectam o estado de conservação de um dado sítio no seu conjunto, ou de alguma das suas facetas distintas, divirjam bastante, existe um

factor constante que, conquanto produzindo consequências dissimilares, influencia decisivamente a preservação de um dado sítio. Esse factor é a pressão sobre os sítios causada pela presença de visitantes. Obviamente, esta pressão aumentará em proporção com o número de visitantes. Locais de acesso “camuflado”, condicionado ou proibido ao público, serão apenas confrontados com a pressão resultante da presença “ilícita” de visitantes ocasionais ou entusiastas. Assim sendo, não é muito surpreendente que alguns especialistas recomendem que certos sítios permaneçam secretos ou simplesmente fechados ao público (Jacobs e Gale, 1994, p. 70-74; Conway, 1979, p. 130). Do mesmo modo, algumas organizações, responsáveis pela gestão de vastas áreas onde vários sítios de arte rupestre se localizam, mantêm alguns locais secretos ou escondidos, camuflando o acesso a essas áreas, sacrificando, no entanto outros, “endurecendo-os” e dotando-os das condições julgadas necessárias para serem apresentadas ao grande público (Sullivan, 1995, p. 83). Outros especialistas acreditam numa abordagem mais pedagógica e que a informação acerca dos sítios de arte rupestre não deve ser ocultada do público e das comunidades locais (Lim, 1999, p. 18-19).

Pese embora as muitas abordagens existentes na gestão dos sítios de arte rupestre, o conflito de interesses entre desenvolvimento económico e preservação estará sempre presente. Dragovich cristaliza apropriadamente este conflito quando questiona se os visitantes são “uma praga de gafanhotos ou uma bênção dos céus?” (Dragovich, 1986, p. 141, minha tradução). Os visitantes, particularmente se são em número considerável, exercem diferentes tipos de pressão que podem ameaçar seriamente a preservação dos sítios de valor patrimonial em geral. Jacobs e Gale fornecem uma lista de algumas das ocorrências que esta pressão pode motivar: ocorrência de vandalismo, desgaste das superfícies de arte rupestre devido ao toque nessas superfícies ou à acção de caçadores de recordações, acumulação de poeiras ou rápidas ou inconvenientes mudanças no microclima local (Jacobs e Gale, 1994, p. 9-20). A estas ocorrências podemos ainda acrescentar a fricção accidental dos painéis de arte rupestre como foi referido por Gale (1985), a sua lavagem para facilitar a leitura dos motivos inscritos, a acumulação dos resíduos que os visitantes podem deixar nestes locais, a erosão do solo e os danos para a vegetação existente e que também faz parte do todo que forma o local. Assim não é difícil encontrar na bibliografia especializada exemplos dos efeitos nefastos que a pressão decorrente da presença de visitantes desencadeia. Na região francesa da Dordogne, existe uma longa tradição de manter abertas ao público grutas com arte rupestre, algumas das quais de propriedade e/ou gestão privada. Neste contexto em que o turismo cultural desempenha um papel vital na economia local, perto de um século de pressão fez disparar a erosão das grutas e da arte rupestre que estas albergam (existem muitos exemplos na literatura, sendo o de Lascaux o mais discutido – ver por exemplo Brunet et al., 1995 – mas outros casos são merecedores de uma referência como Combarelles [Vidal, Vouvé e Brunet, 1991] ou Cro de Granville à Rouffignac [Brunet et al., 1993]). Se Lascaux, um dos locais de arte rupestre mais espectacular e importante, necessitou, já em 1960, de ser fechado ao público, e apenas cerca de 20 anos após a sua descoberta, sendo construída uma réplica, outras grutas continuaram abertas e sujeitas a forte pressão até que foi decidido recentemente baixar o número diário de visitantes (é esse o caso, por exemplo, das grutas de Pech Merle ou de Cougnac [Dragovich, 1986; ver também os comentários que complementam este artigo]).

Por outro lado, de todo o mundo provêm relatos de inúmeras ocorrências de actos de vandalismo perpetrados por visitantes mais entusiasmados ou mal intencionados, nomeadamente em França (Brunet et al., 1993; Dangas et al., 1993), nos EUA (Griswold, 1999; Dandridge e Kane, 1999, p. 28-29) ou na Austrália (Thorn, 1991). Será importante mencionar as conclusões de um estudo de Jacobs e Gale acerca da relação entre fenómenos de vandalismo e sistemas de visita.

A sua análise parece sugerir que se existir uma presença constante de visitantes num dado sítio, os actos de vandalismo diminuirão através de um processo de auto-regulação (Gale e Jacobs, *apud* Lambert, 1989, p. 35). Há que considerar, no entanto, o modo como as características dos diferentes visitantes irão influenciar este processo de auto-regulação. Suponhamos que todos os membros de um grupo de visitantes partilham uma visão negativa acerca da arte rupestre ou do PC em geral, e ainda que são o único grupo presente num certo sítio num dado momento. Se um dos membros do grupo cometer actos de vandalismo numa superfície de arte rupestre, provavelmente todo o grupo se auto-regulará de um modo em que todos os seus membros começarão também a vandalizar essas superfícies. Este é um dos motivos porque é tão importante identificar o tipo de “visitante perigoso” aquando da monitorização e caracterização da pressão dos visitantes nos locais patrimoniais (Gale, 1985; Gale e Jacobs, 1986; Jacobs e Gale, 1994, p. 21-63).

O debate acerca do melhor método de gestão da preservação dos sítios de arte rupestre tornou-se global e encontramos em todo mundo abordagens diferentes a esta matéria. Lambert (1989), por exemplo, elaborou um manual muito útil para uma gestão informada dos SARAL. Jacobs e Gale (1994), por seu turno, analisam as várias formas de gerir as visitas nos sítios de arte rupestre australianos. Enquanto que estes autores enfatizam que uma gestão integrada destes locais deve ter em consideração as estratégias de administração dos descendentes directos dos criadores da Arte, nos EUA, Bricker Sr., Holcomb e Dean (1999) descrevem a visão particular que os Nativos Americanos têm da conservação e gestão da “sua” arte rupestre efectuada pelo “homem branco”. A juntar a estes contributos, existem variadíssimas abordagens a este assunto, originárias de vários países e regiões do Mundo, como é o caso da Bolívia (Strecker e Taboada, 1999), Escandinávia (Hygen, 1996; 1999), Argélia (Hachid, 1987), África do Sul (Loubser, 1995), Tanzânia (Kessey, 1995) ou da Índia (Tyagi, 1991). As estratégias mais utilizadas assumem formas diferentes mas têm um objectivo similar: a preservação do património de arte rupestre. Estas estratégias podem ser indirectas, tal como iniciativas legislativas de protecção e de ordenamento do território ou a camuflagem de sítios, ou directas como a instituição de restrições de acesso ou de limitações à divulgação de informação acerca dos sítios, o fecho sazonal, a utilização de “livros de visitantes”, a fixação de uma entrada paga, a colocação de cartazes de índole interpretativa ou de outros materiais impressos, visitas guiadas, criação de parques de estacionamento, construção de centros de recepção, erecção de barreiras de protecção, de vedações ou a instalação de passadiços (Lambert, 1989, p. 35-41; Jacobs e Gale, 1994, p. 65-129; Dragovich, 1995). O investimento em estruturas e acções de apoio pedagógico é, por outro lado, uma boa oportunidade para ilustrar a importância e valor dos sítios de arte rupestre (Dragovich, 1986, p. 142). Ainda outra estratégia possível de implementar é a diversificação, numa dada região, dos destinos de turismo cultural, quer pela criação de réplicas (como é o caso de Lascaux II) ou pela criação de outras estruturas que possam acolher a elevada procura de cariz sazonal (Stanley-Price, 2000, p. 50).

Na Europa, ao contrário do que acontece em países como a Austrália ou os EUA, onde estratégias mais orientadas para a criação e a satisfação de um mercado de turismo cultural e “natural” procura já há algum tempo “rentabilizar” a vários níveis a atracção que estes locais e recursos exercem sobre o grande público, não existem muitos SARAL que beneficiem duma gestão estratégica e coordenada, sendo que todos sofrem, de diferentes formas, os efeitos resultantes da pressão causada pelos visitantes. Em Espanha, o sítio de Siega Verde (Balbín Behrmann et al., 1995) encontrou-se até há bem pouco tempo praticamente desprotegido e sujeito aos efeitos adversos consequentes da presença de visitantes, especialmente os decorrentes de actos de vandalismo. O fenómeno adquiriu uma proporção de tal forma alarmante que as autoridades espanholas decidiram vedar completamente o sítio e contratar a implementação de um sistema de vigilância

a uma empresa privada, de modo a evitar a ocorrência de mais incidentes de vandalismo no local (Muñoz, 2002; Peinado, 2002). Na Suécia e na Noruega, um número considerável de SARAL, dados das Idades do Bronze e do Ferro, subsistem na região fronteira no Sul de ambos os países. Nestes locais as organizações encarregues da gestão do PC recorrem a uma velha tradição de repintar a vermelho as gravuras para que os visitantes identifiquem os motivos facilmente e não se sintam tentados a repintá-los eles próprios. Foram instalados passadiços bem como painéis fornecendo informação acerca da Arte e sua conservação. Como os sítios mais significativos não são vedados e a vigilância é mínima, as autoridades encarregues da gestão deste património dependem dos painéis informativos para alertar os visitantes para as questões ligadas à preservação deste património, mas também do bom “comportamento” dos visitantes (Hygen, 1996). O sistema parece funcionar bastante bem (Hygen, 1996), embora haja quem no mundo académico não concorde com a repintura dos motivos gravados (Bahn et al., 1995). Na região italiana de Val Camonica, zona onde a maior concentração de arte rupestre pós-glacial do Mundo se encontra, a gestão deste património é um pouco desadequada, já que sendo a maior parte dos sítios propriedade privada, estes não se encontram sob vigilância e oferecem acesso ilimitado (Garcias, 2001c). O facto de existirem várias associações, cada uma responsável pela gestão de parte dos sítios de arte rupestre, dificulta os esforços de uma autoridade administrativa coordenadora da gestão destes locais não ajudando a manter a pressão das visitas num nível baixo, sobretudo quando, nos períodos de grande afluência de visitantes, 50 a 60 autocarros de turismo visitam diariamente Val Camonica (Stanley-Price, 2000, p. 50).

A verdade é que, e não apenas nos sítios de arte rupestre (ver por exemplo Bonnicci et al., 1993), os visitantes colocam problemas sérios, existindo a necessidade de controlar os impactos nos locais de valor patrimonial decorrentes da sua presença, pese embora algumas contradições (Dragovich, 1986; Soleilhavoup, 1993) inerentes a um processo complexo, potenciador de desequilíbrios na “exploração” destes recursos sensíveis (que em última análise podem levar ao seu completo desaparecimento), e profundamente ligado às dinâmicas socio-económicas locais e regionais e à rentabilização de um património considerado já como um recurso económico. Além do mais, a apresentação ao grande público destes locais envolve, por vezes, o seu “sacrifício” quer através do seu “endurecimento” (Jacobs e Gale, 1994, p.70-110) quer pela introdução de estruturas de apoio o que muitas vezes é prejudicial para a manutenção da autenticidade e integridade de um dado local de valor patrimonial e sua zona envolvente (Bahn et al. [1995], por exemplo, ilustram a perda de autenticidade num conjunto de SARAL canadianos, motivada pela introdução de estruturas de apoio desajustadas). Isto pode suceder quando, por exemplo, numa região aonde existem vários locais de interesse público e patrimonial, se opta por apresentar apenas o (ou os) sítio(s) mais espectacular(es), melhorando os seus acessos e introduzindo as estruturas que possam apoiar um turismo delineado para ser de massas. Normalmente, esta opção implica que estes sítios, após sofrerem “melhoramentos”, percam bastante da sua autenticidade e vejam a sua integridade em perigo, a ponto de ser depois necessário aplicar severas medidas restritivas de acesso ou mesmo equacionar o total encerramento. De certa forma, o processo acima descrito ilustra a evolução da gestão da famosa gruta de Lascaux, desde a sua descoberta até hoje em dia.

Por todo o mundo o conflito entre preservação e acesso público está cada vez mais presente desde que o crescimento do turismo dito cultural levou a um aumento global do número de visitantes que demandam locais de interesse patrimonial, provocando ainda que as comunidades locais se apercebessem da importância económica deste tipo de turismo. Consequentemente, uma gestão sensata do PC tenta chegar a um compromisso equilibrado, implementando um sistema de acesso público ajustado às particularidades de cada sítio. Assim, os sistemas de visita variam



Fig. 1 Letreiro numa reserva Navajo, Arizona, EUA (Fotografia Navajo Land Tours/John Largo).

do acesso completamente vedado onde de todo não são admitidos visitantes até um sistema em que os sítios se encontram completamente acessíveis sem restrições de qualquer tipo. Entre estas duas abordagens antagónicas encontramos o método porventura mais utilizado, o sistema de acesso restrito, em que os sítios têm um número máximo de visitantes diário (como por exemplo na região francesa da Dordogne, onde várias grutas sofreram recentemente uma redução gradual no número dos visitantes diários [Dragovich, 1986]) ou em que apenas são permitidas visitas guiadas (como é o caso do Sudoeste dos EUA, onde várias tribos Nativas Americanas permitem apenas visitas guiadas aos seus locais patrimoniais de arte rupestre [Anyon et al., 2000] [Fig. 1]). De qualquer modo, mesmo nos sítios onde está em vigor um sistema de acesso restrito é por vezes necessário vedar temporariamente o acesso. É o que neste momento sucede na gruta de Altamira, em Espanha, que foi há pouco temporariamente encerrada, de modo a que estudos sobre a conservação dos seus motivos de arte rupestre possam ser realizados (El Mundo, 2002).

De certo modo, qualquer sistema de visita estabelecido constituir-se-á sempre como um compromisso imperfeito, determinado sobretudo por decisões políticas, apoiadas muitas vezes em dados incompletos e resultantes de julgamentos de valor acerca dos méritos de cada sítio e se estes merecem ser preservados. Um esquema de visita prudente e equilibrado é todavia um instrumento fundamental numa estratégia de gestão integrada dos valores patrimoniais e da sua preservação. Além do mais, a tendência hoje em dia, especialmente nos sítios de arte rupestre, é a de tentar estabilizar ou limitar fortemente o número de visitantes (Stanley-Price, 2000, p. 50, 56). De facto, alguns especialistas questionam a inscrição de locais na Lista do Património Mundial (LPM) sem que as entidades nacionais garantam que o aumento do número de visitantes, motivado por essa inclusão, não ponha em causa a preservação desses locais e que medidas serão tomadas para minimizar possíveis impactos negativos (Zilhão, entrevistado por Pereira, 1999). Por seu

turno, a Comissão para o Património Mundial (CPM) decidiu examinar periodicamente o estado de conservação dos sítios de arte rupestre inscritos na LPM, de modo a verificar se a pressão das visitas ou outros factores não poderão ameaçar a perenidade dos valores que primeiramente motivaram a sua classificação (Stanley-Price, 2000, p. 54).

O sistema de visita em dois sítios de arte rupestre ao ar livre do Nordeste português: o Vale do Côa e Mazouco.

A arte e o seu contexto

Os SARAL do Vale do Côa (uma vez que existem bastantes referências na literatura especializada acerca do Vale do Côa, a sua descoberta, a luta pela sua preservação e a sua gestão, seguem-se algumas que fornecem uma visão de conjunto bem como referências mais especializadas: Bahn, 1998, p. 169, 281; Baptista, 1999; Scarre, 1998, p. 45-56; Zilhão, 1998; Zilhão et al., 1999) e de Mazouco (Jorge et al., 1981), bem como os sítios espanhóis de Siega Verde (Balbín Berhmann et al., 1995) e Domingo García (Ripoll López e Muncio González, 1994), para nomear apenas alguns, pertencem à mesma tradição milenar de arte rupestre ao ar livre nesta zona da meseta central da Península Ibérica. Todos estes locais pertencem a uma mais vasta tradição de arte rupestre paleolítica na Europa ocidental de que também são exemplos as grutas Franco-Cantábricas de Lascaux ou Altamira ou o sítio de ar livre de Fornols-Haut (Zilhão, 1998, p. 195-198).

A descoberta da arte rupestre do Vale do Côa (Rebanda, 1995) implicou uma “mudança Copernicana” (Zilhão, 1998, p. 195) no “mito” que procurava sistematizar e explicar a localização dos sítios de Arte Rupestre do Paleolítico Superior: a maioria situar-se-ia em grutas e apenas uns poucos se localizariam ao ar livre. Se Mazouco, “achado” em 1981 (Jorge et al., 1981), foi considerado como uma descoberta isolada excepcional, quando o Vale do Côa revelou as suas “maravilhas”, os especialistas depressa reconheceram as implicações que a descoberta representou para a suposta regra que determinaria a escolha dos locais onde os artistas paleolíticos pintavam ou gravavam – ou ambas as técnicas em conjunto – os seus motivos (Bahn, 1995, 1996; Sacchi, 1995; Zilhão, 1998, p. 195-198). O facto de os sítios de ar livre estarem mais expostos à erosão natural e antrópica, e portanto ao desaparecimento físico total, talvez explique por que é que não são descobertos mais locais. De qualquer modo, em 2001, Baptista relatou a descoberta de mais alguns exemplos desta arte numa zona relativamente próxima do Vale do Côa, o Alto Sabor (Baptista, 2001b). Este especialista entende o Vale do Côa (a maior concentração mundial ao ar livre de arte rupestre datada do Paleolítico Superior) como o coração de um complexo de arte que denomina como “o império artístico do Nordeste Português” (Baptista, comunicação pessoal). Ao examinarmos o mapa da área (Fig. 2), apercebemo-nos de que todos os outros sítios mais pequenos e menos importantes (se comparados com o Côa!) como Mazouco, Siega Verde ou o Alto Sabor “orbitam” em volta do vale “sagrado” nuclear do Côa.

No Vale do Côa encontramos mais de 1 200 motivos individuais, gravados em cerca de 200 superfícies xistosas ou graníticas distribuídas ao longo de ambas as margens dos 17 km finais do rio Côa e alguns nas margens do rio Douro, resultando em mais de 25 Núcleos de arte rupestre distintos (Fig. 3). Nem todos os motivos gravados datam do Paleolítico Superior. De facto, uma das características da arte rupestre do Vale do Côa é uma tradição quase ininterrupta, ao

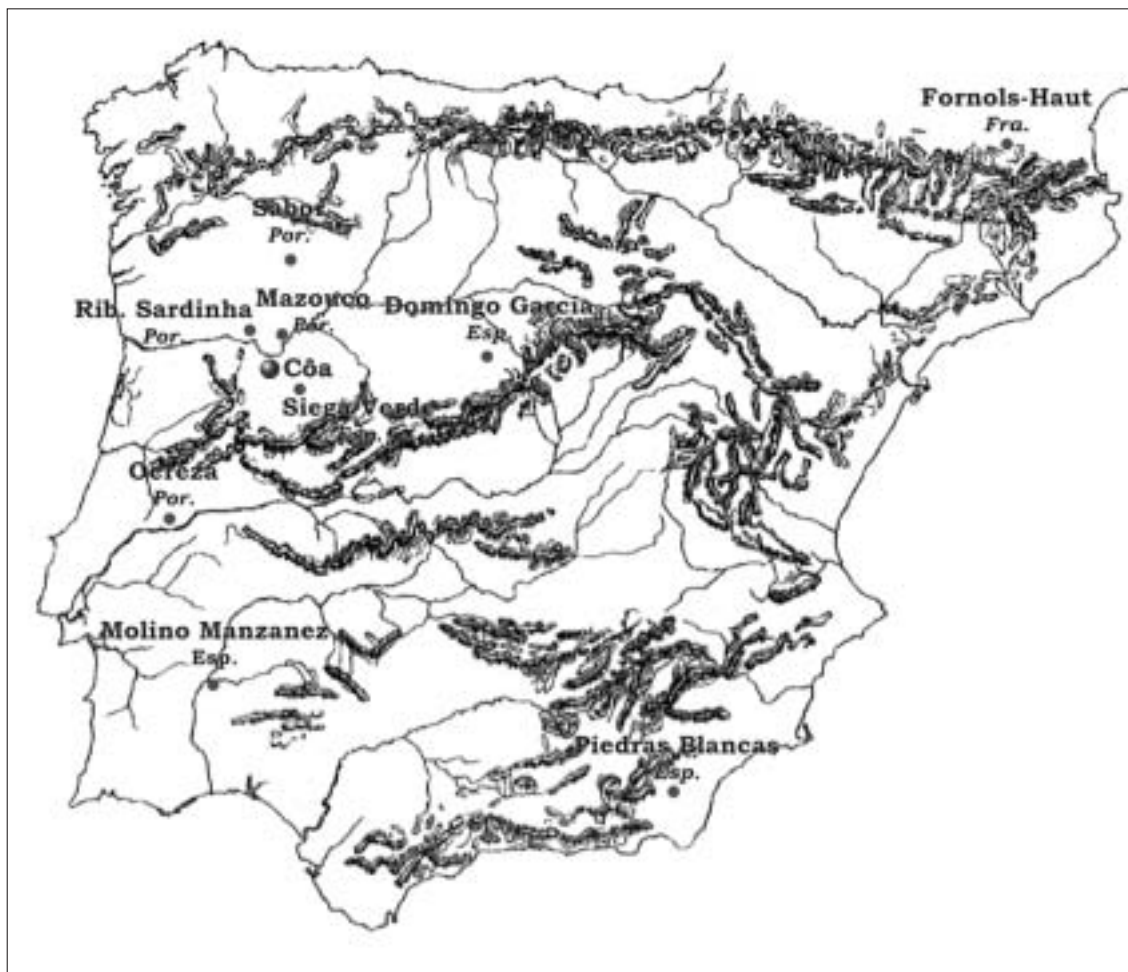


Fig. 2 Localização dos principais SARAL da Península Ibérica (mapa de Luís Luís).

longo dos tempos, de utilizar as superfícies rochosas como suporte para a inscrição dos motivos gravados ou pintados. Assim, encontramos gravados no xisto (e no caso de um Núcleo no granito) e por vezes na mesma superfície, sobrepondo-se aos mais antigos, motivos do Paleolítico Superior, do Neolítico, da Idade do Ferro, do Período Histórico e do Período Contemporâneo (Baptista, 1999, p. 34-38). De toda a maneira, o ciclo artístico do Paleolítico Superior, que terá começado há cerca de 25 mil anos (Baptista, 1999, p. 34-38), é considerado o mais importante e significativo, não só pela sua idade e quantidade, mas sobretudo porque, como é afirmado nos critérios que em 1998 serviram de base à inscrição do Vale do Côa na LPM, tal acervo constitui-se como um testemunho da alvorada do génio criativo humano e da “vida social, económica e espiritual dos nossos antepassados” (UNESCO, 1999, p. 31). As características mais relevantes da arte do Paleolítico Superior do Côa são a sugestão de animação em motivos zoomórficos que apresentam duas ou mesmo três cabeças (Fig. 4), a ausência de animais de clima frio (como a maioria dos animais representados na região franco-cantábrica), a escassez de representações antropomórficas e a já mencionada sobreposição de muitos dos motivos (Baptista, 1999). Em todo o caso, os especialistas relacionam as figurações zoomórficas do Côa (maioritariamente auroques, cavalos e cabras) com aquelas que se podem encontrar em França e no Nordeste espanhol, acreditando na similaridade de estilo, e, portanto, como fazendo parte da tradição de arte



Fig. 3 Localização dos SARAL do Vale do Côa (mapa de Luís Luís).

rupestre do Paleolítico Superior da Europa ocidental (Baptista, 1999, p. 7-34; Zilhão, 1998, p. 195-198; Guy, 2002).

A área de Portugal (e em certa medida também de Espanha, já que o sítio de Siega Verde fica a pouca distância da fronteira entre os dois países) onde este conjunto de sítios está situado encontra-se entre as regiões menos desenvolvidas social, cultural e economicamente da Península Ibérica, um factor que, apesar de tudo, ajuda a explicar a sobrevivência até aos nossos dias dos motivos rupestres. De facto, esta é uma área relativamente isolada, com uma população envelhecida e em diminuição, devido à falta de infra-estruturas tais como estradas, hospitais ou escolas, à ausência de médias e grandes indústrias e à consequente escassez de saídas profissionais. Este contexto motiva um fenómeno de desertificação considerável, alimentado por uma emigração em



Fig. 4 Motivo caprino “animado” no Núcleo da Quinta da Barca (fotografia de António Martinho Baptista/CNART).

larga escala, quer para as cidades desenvolvidas do litoral português quer para outros países (Figueiredo e Martins, 2001, p. 148-150). O censo de 2001 da população portuguesa revela que cerca de 4/5 dos Portugueses vivem no litoral desenvolvido entre Setúbal e Viana do Castelo (INE, 2001). O mesmo censo revela ainda que o índice de envelhecimento no concelho de Foz Côa é de 200%, enquanto que no total do país ele não passa dos 94% (INE, 2001) e que a taxa de crescimento natural do concelho apresenta, na última década, um valor negativo de 8,8 (Gomes, 2002). Outra característica marcante é o alto nível de analfabetismo, especialmente entre a população feminina (Figueiredo e Martins, 2001, p. 148-150).

A principal actividade económica desta área de clima seco e quente é uma agricultura de tipo tradicional, baseada na vinha, na oliveira e na amendoeira (Figueiredo e Martins, 2001, p. 148), sendo o vinho do Porto a produção e exportação mais importante da região. Esta centenária tradição agrícola moldou suavemente a paisagem conferindo-lhe também um carácter patrimonial muito interessante. De facto, no caso dos 17 km finais do curso do rio Côa, todo o vale é considerado como um monumento com a sua “dramática paisagem de afloramentos xistosos e graníticos” (Zilhão, 1998, p. 193), o seu contexto socio-económico tradicional, directamente relacionado com um modo de vida antiquíssimo e os seus sítios de arte rupestre. Tudo isto se encontra profundamente interligado com e no universo fenomenológico do vale. O vale é assim, e a vários níveis, uma entidade viva (Fig. 5). Mazouco está associado de perto a este contexto, estando as suas gravuras do Paleolítico Superior situadas num afloramento xistoso localizado junto ao Douro situado no concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Quando o primeiro conjunto de gravuras no Vale do Côa foi descoberto em 1992, encontrava-se em construção uma barragem junto à foz do Côa que inundaria os mais significativos núcleos de arte rupestre que durante esse ano e seguintes foram sendo revelados. Após a divulgação pública, em 1994, da existência deste património, inicia-se uma acesa polémica entre aqueles que defendiam a continuação dos trabalhos de construção da barragem e os que queriam preservar a arte *in situ* criando condições para a apresentação pública deste património. O movimento a favor da preservação assumiu um carácter mundial e foi desempenhando um papel cada vez mais relevante na defesa das gravuras, à medida que os especialistas alertavam para a importância excepcional dos sítios de arte rupestre que estavam a ser revelados. Depois de grande controvérsia e confrontação a vários níveis, quer em Portugal quer no estrangeiro, o governo saído das eleições legislativas de 1995 decidiu suspender e posteriormente cancelar a construção da barragem e criar, no ano seguinte, o PAVC, que viria a ser encarregue da preservação e apresentação pública da arte rupestre do Vale do Côa (Zilhão, 1998, p. 195).

O sistema de gestão da visita no Vale do Côa e em Mazouco

Desde que o PAVC foi criado, encontramos presente o recorrente paradoxo entre preservação e apresentação ao público do PC. O objectivo principal do esquema de visita a ser implantado seria o de encontrar um equilíbrio entre os dois desígnios. Além de todas as questões ligadas aos impactos que a presença de visitantes implica para qualquer local de valor patrimonial, a falta de informação acerca do comportamento dos mecanismos geológicos dos afloramentos xistosos onde foram inscritas gravuras, e o estado relativamente intocado em que os sítios subsistem, motivaram uma extrema cautela no estabelecimento da política de acesso público à arte rupestre do Vale do Côa. Podemos classificar o sistema implementado como sendo de acesso restrito, não só porque foram estabelecidos limites rigorosos no número diário de visitantes admitidos, mas também porque o público terá



Fig. 5 A zona do rio Côa onde os Núcleos da Penascosa e da Ribeira de Piscos se encontram localizados.

apenas acesso aos três Núcleos visitáveis, se estiverem incluídos nas visitas organizadas pelo PAVC ou naquelas efectuadas pelas companhias privadas autorizadas pelo Parque. Os visitantes, num máximo de 8 pessoas por grupo, partem de três centros de recepção distintos, situados em diferentes localidades, para um dos três núcleos visitáveis — de Vila Nova de Foz Côa para a Canada do Inferno, de Muxagata para a Ribeira de Piscos e de Castelo Melhor para a Penascosa (Fig. 6) — num “passeio” tipo “safari”, em veículos 4 x 4 e acompanhados por Guias expressamente treinados e qualificados para descrever e interpretar as gravuras, integrando-as no seu contexto histórico, simbólico e paisagístico. De referir ainda que os Guias estão preparados para efectuar a visita em duas línguas para além do



Fig.6 O esquema de visita implementado no Côa. 1. Canada do Inferno; 2. Ribeira de Piscos; 3. Penascosa.

português: francês e inglês. Uma vez que foram estabelecidos limites diários no número de visitantes nos três sítios abertos ao público — 48 pessoas na Penascosa (um número que pode chegar aos 52 por motivo de visita escolar a este Núcleo, o único que recebe este tipo de visita), 32 na Ribeira de Piscos e 32 na Canada do Inferno — os visitantes são aconselhados a marcar a sua visita com a necessária antecedência. Se visitantes “espontâneos”, não integrados nas visitas organizadas pelo Parque ou pelas companhias privadas, forçarem a sua viatura particular através dos caminhos carreteiros (que foram apenas pontualmente melhorados, sem sofrerem beneficiações importantes, tais como o alcatroamento, mantendo assim o seu carácter rústico e acidentado que assim contribui para a dissuasão das visitas “espontâneas”) que dão acesso aos 3 núcleos de arte rupestre abertos ao público, uma vez chegados à zona onde as gravuras se situam, encontrarão guardas, em serviço 24/h por dia e durante todo o ano, que os convidarão a

inverter a marcha. O Parque encontra-se aberto ao público todos os dias com a excepção das Segundas-Feiras, do dia de Natal, do Domingo de Páscoa e do feriado do 1.º de Maio e cada visita tem actualmente o preço de 5 euros por pessoa e por Núcleo. Durante a visita é proibido fumar, tocar nas gravuras, colher vegetação, transportar animais de estimação e, por motivos de segurança, transportar nos jipes crianças com menos de 3 anos de idade (Zilhão, 1998, 2001).

Os limites diários de visitantes foram estabelecidos recorrendo ao que em parte podemos classificar como restrições impostas por uma capacidade de sustentação perceptível. De facto, a regra fundamental do sistema de visita é a de que não se encontre no mesmo Núcleo e ao mesmo tempo mais do que um grupo de visitantes. O número máximo diário de visitantes foi pois calculado tendo em conta os períodos do dia durante os quais os três Núcleos recebem visitantes, de modo a tirarem partido das diferentes condições de luz natural (a Canada do Inferno está aberta apenas durante a manhã, a Penascosa durante a tarde e Piscos durante ambos os períodos) essenciais para que os visitantes tenham uma percepção óptima das gravuras, ajustando os horários de saída das visitas e considerando ainda o tempo necessário para completar a visita (Zilhão, comunicação pessoal). Se a determinação de um número máximo de visitantes, por dia e por grupo, ajuda à fruição integral destes locais “sagrados”, não corrompidos pela presença de multidões, contribui também para facilitar o papel do guia, que liderando um grupo reduzido de visitantes (Fig. 7) interpretará e apresentará as gravuras de uma forma mais competente oferecendo assim uma experiência de visita mais satisfatória. Este limite relativamente baixo de visitantes estabelecido tem como objectivo, além de manter a qualidade da visita, a minimização dos impactos causados pela afluência de visitantes tentando atingir um equilíbrio sensato entre os objectivos do Parque, razão da sua existência: preservação e apresentação pública do património de arte rupestre do Vale do Côa (Zilhão, 1998).

Especialistas em arte rupestre e sua gestão acreditam que o sistema implantado no Côa concilia com sucesso os dois objetivos fundamentais de preservação e acesso público. Nicholas Stanley-Price, actual Director do ICCROM (organismo da UNESCO para a conservação do património cultural mundial) declarou em 1996 que:

“O novo Parque Arqueológico do Vale do Côa é extremamente impressionante, nomeadamente no seu planeamento, funcionamento e na rapidez com que a proposta de criação do Parque foi implementada. O sistema de reserva e de visita guiada aparentemente funciona bem e foram tomadas as medidas que assegurem uma boa experiência de visita.” (Stanley-Price, 1996, p. 2; minha tradução).

Já em 1999, Paul Bahn, um dos grandes especialistas mundiais em arte rupestre, afirmou que ficou “muito impressionado com a rapidez e a qualidade do que aqui (no Côa) se fez. É um exemplo extremamente importante e impressionante a nível mundial” (Bahn, entrevistado por Pereira, 1999). Em 2001, Ulf Bertilsson, actual presidente da Comissão de Arte Rupestre do ICOMOS (*Internacional Council of Monuments and Sites*, organismo da UNESCO que superintende a gestão dos sítios inscritos na LPM), manifestou-se “muito impressionado com o trabalho que está a ser desenvolvido no Côa” (Bertilsson, entrevistado por Garcias, 2001b). Um casal de Aborígenes Australianos partilha também destas opiniões e, depois de visitar o Côa em 1999, declarou que “O Parque está muito bem organizado, existem regras muito fortes e os visitantes são guiados por pessoas que percebem o que mostram. Esta é uma boa maneira de tomar conta de um Parque.” (Peterson e Tjamiwa, entrevistados por Pereira, 1999).



Fig. 7 Grupo de estudantes liceais visitando o Núcleo da Penascosa, acompanhados por um dos guias do PAVC.



Fig. 8 Estrada de acesso ao sítio de Mazouco.

As estratégias de gestão (não) implementadas em Mazouco fazem deste local um caso completamente diferente do Côa no que concerne à gestão dos impactos negativos motivados pela presença de visitantes neste local patrimonial. Quando as superfícies xistosas que albergam os três motivos zoomórficos distintos, datados do Paleolítico Superior, foram descobertos em 1981, existiam apenas suspeitas não confirmadas de que estes poderiam ser a ponta de um icebergue muito maior (Jorge et al., 1981, p. 9). Assim, embora tendo sido considerada importante, tanto em Portugal, onde foi o primeiro SARAL do Paleolítico Superior a ser identificado (Jorge et al., 1981, p. 9), como na Europa ocidental, onde não tinham ainda sido reconhecidos muitos SARAL do Paleolítico Superior (Bahn, 1995), a descoberta não transpirou para fora dos círculos académicos especializados não tendo o impacto na opinião pública que anos mais tarde a descoberta do Côa obteve. Mesmo que o sítio de Mazouco estivesse ameaçado de algum modo, a opinião pública da altura não daria grande importância a essa situação, como aliás ficou demonstrado em 1984 quando no rio Douro a barragem do Pocinho, situada próximo e a jusante da foz do Côa, inundou pelo menos um Núcleo de arte rupestre, que mais tarde foi considerado como pertencendo à tradição de arte rupestre do Côa (Baptista, 2001a, p. 238), e ninguém se importou muito. Sendo Mazouco um sítio isolado, já que a prospecção da área circundante não identificou outras superfícies gravadas, apenas com um motivo completo, e considerando que nos encontrávamos, no início da década de 80, num Portugal um pouco indiferente ao PC e com outras prioridades, a gestão do sítio foi, desde a sua descoberta, um pouco negligenciada, apesar do IPPAR ter classificado, em 1983, o local como Imóvel de Interesse Público. Este descuido na gestão do sítio implicou a

não implementação de medidas de protecção ou valorização e deixou o local numa situação de livre acesso, sem vigilância ou monitorização dos visitantes, o que, como veremos, produziu efeitos funestos para a preservação deste património. Além do mais, em 1999/00, o caminho carreteiro que leva ao ponto onde as gravuras se situam foi alcatroado pela Junta de Freguesia local de modo a oferecer acesso mais fácil aos visitantes (Fig. 8) tendo sido também colocados sinais indicativos na estrada principal.

Avaliação do sistema de visita implementado no Vale do Côa

A importância da avaliação da experiência de visita

Já que a gestão do sistema de visita implementado no Vale do Côa pretende obter um equilíbrio salutar entre a preservação e a apresentação pública deste PC, é de grande importância a avaliação dos níveis de satisfação que a visita, nos moldes em que está organizada, permite aos visitantes, afinal, um dos grupos com mais interesse na gestão do acesso à arte rupestre do Côa. Sendo um serviço público, o Parque tem um compromisso para com a sociedade de apresentar mas também de preservar as gravuras e como tal ambas as questões merecem a mesma atenção. Para além disso, a apresentação pública do PC oferece uma oportunidade única para consciencializar a sociedade em geral para as questões ligadas à preservação e conservação do nosso património colectivo e de ilustrar as práticas correctas que levem à profícua e consequente prossecução destes objectivos. Sendo este um sistema de gestão de visita inovador, tanto em Portugal, e até certo ponto, no Mundo, que estabelece regras rigorosas (como o limite diário de visitantes), a avaliação das opiniões e sentimentos que os visitantes têm do sistema poderá fornecer informação interessante sobre o grau de satisfação com a visita que o sistema faculta, dando também indicações sobre o modo de o melhorar ou ajustar. Ainda para mais, como adiante veremos, a maior parte das críticas à estratégia de gestão implementada no Côa estão relacionadas com o esquema de visita, sendo pois interessante determinar se essas críticas se reflectem nas opiniões dos visitantes. O inquérito realizado no âmbito deste artigo propõe-se averiguar o nível de satisfação que a experiência de visita à arte rupestre do Vale do Côa proporciona, já que nenhum inquérito, concebido especificamente com este propósito, havia sido efectuado no Côa. De qualquer modo, Lima e Reis tinham já em 1998 realizado um inquérito a 366 visitantes (Lima e Reis, 2001, p. 148) com o intuito, todavia, de determinar o perfil sociológico dos visitantes do Vale do Côa e a importância que estes atribuem à preservação das gravuras em particular e ao PC português em geral (Lima e Reis, 2001). Assim sendo, na próxima secção e no Apêndice I a informação fornecida pelo inquérito de Lima e Reis, pois que estes autores proporcionam dados significativos que em grande medida confirmam as nossas inferências mais relevantes, será utilizada para corroborar e enfatizar certas conclusões do nosso estudo (realizado com base numa amostra relativamente pequena) de que seguidamente se apresentam sumariamente os resultados.

Análise aos dados do inquérito apresentado no Apêndice I

A primeira conclusão relevante que podemos inferir do nosso inquérito mas também do realizado por Lima e Reis (ver Apêndice I) é a de que a maioria do público visitante do Vale do Côa é constituída por indivíduos jovens e activos com formação de nível superior, bem posicionados na

hierarquia social, provenientes, no caso dos visitantes de nacionalidade portuguesa, das áreas mais desenvolvidas e populosas do litoral português e habituados a visitar monumentos e museus. Estas características ajustam-se ao perfil do grupo de características urbanas que mais veementemente defendeu a preservação das gravuras aquando da polémica em torno do seu possível alagamento (ver Gonçalves, 2001). Assim sendo, os resultados do nosso inquérito, que expressam uma visão positiva acerca do esquema de visita e da própria preservação das gravuras, não constituem, de todo, uma surpresa. Contrariamente, a representatividade nula da população local na amostra (o visitante mais próximo do Côa era proveniente do Sabugal, 100 km para sul), ou reduzida da do interior do país, confirmará não só o pouco valor que a população local ou do interior menos desenvolvido confere às gravuras, mas também explica o elevado nível de satisfação com a experiência de visita que o nosso inquérito revela, índice aliás também partilhado com o inquérito de Lima e Reis (2001, p. 152-154).

No caso do nosso inquérito, cujo questionário foi realizado logo após o término da visita, este nível de satisfação elevado pode traduzir o facto de que a eloquência intrínseca da arte e da paisagem que a rodeia impressiona profundamente os visitantes. Os 96% de visitantes que classificam o sistema de visita como bom ou muito bom, os 70% que consideram as gravuras ou todos os aspectos da visita como a faceta mais agradável da visita e os 93% que pensam que a arte deve ser preservada pode levar-nos a concluir não apenas que a satisfação é elevada, mas também que a visita, tal como está estruturada, é uma experiência interessante e educativa, o que contribui para uma maior consciencialização das questões ligadas à preservação do PC. A maioria dos visitantes inquiridos (82%) manifestou o desejo de voltar ao Côa para visitar os outros sítios abertos ao público ou para tornar a visitar os sítios já conhecidos, o que reforça ainda mais a satisfação elevada que a visita proporciona, alertando ainda para a necessidade de desenvolver uma oferta turística na região mais diversificada. O facto da maioria dos visitantes entrevistados (52%) ter considerado como o aspecto menos agradável as condições ambientais e físicas que rodeiam a visita, nomeadamente o clima, algo que não se pode gerir de todo, ou o estado dos caminhos que, como vimos, apenas pontualmente sofreram obras de melhoramento e de um quarto dos visitantes não ter encontrado nenhum aspecto menos agradável, enfatiza ainda mais estas conclusões. Para além disso, as imperfeições e limitações do sistema implementado (como a falta de promoção e informação ou o fraco desempenho, apontado por alguns dos visitantes estrangeiros, de alguns dos Guias numas das duas línguas estrangeiras em que a visita se pode realizar) identificadas pelos visitantes são classificadas como o pior aspecto da visita apenas por 21% dos entrevistados. Significativo é também o facto da esmagadora maioria dos entrevistados (96%) ter declarado que a qualidade da experiência de visita decairia se o número de visitantes presentes simultaneamente nos Núcleos abertos ao público aumentasse.

A comparação cruzada dos dados relativamente reduzidos que poderiam produzir informações interessantes — isto porque tendo sido os resultados do inquérito muito semelhantes, já que a grande maioria dos entrevistados deu a mesma resposta às várias perguntas, quase todas as comparações cruzadas ensaiadas não forneceram informação relevante — constatamos que dos 7 visitantes que são indiferentes ou contra a preservação das gravuras, nenhum considerou a arte como o aspecto mais apazível da visita. Ao analisar a área de formação profissional destes visitantes, apurámos que 5 destes 7 tinham um Curso Universitário na área das Ciências Naturais. Embora o número de visitantes com estas características e opiniões seja restrito, pode-se concluir, especulando um pouco, que a área de formação específica, reflexo também dos interesses pessoais, pode influenciar decisivamente as percepções individuais acerca do valor e da importância da preservação do PC. De qualquer modo, se averiguarmos o modo como estes visitantes “anti-pre-

servação” classificam a experiência, apercebemo-nos de que todos a apreciaram de uma forma positiva. Isto pode indicar que, mau grado as estruturas mentais e preferências pessoais de cada um, estes visitantes estimaram a experiência global, mesmo que nenhum tenha considerado as gravuras como a faceta mais interessante da visita.

Discussão da relação entre o sistema de gestão de visita no Vale do Côa e em Mazouco e as estratégias globais de desenvolvimento para a região

A maior parte da população e das autoridades locais entenderam o PAVC como um substituto da barragem e do desenvolvimento que esta eventualmente traria à região (Figueiredo e Martins, 2001, p. 169). A criação do Parque foi também vista como um processo exógeno imposto pelo Governo e por um grupo de pessoas entendido como a elite cultural e urbana que desempenhou um papel destacado, como “fazedores” de opinião mas também como decisores, na preservação *in situ* das gravuras em desfavor da construção da barragem, preferida pela grande maioria da comunidade local (Gonçalves, 2001). A maioria da população confere pouco ou nenhum valor às gravuras, muitas vezes referindo-se-lhes como “riscos feitos pelos moleiros”, e preferia os benefícios económicos temporários que a construção da barragem traria à região (Luís, 2000). A população local tem um conceito industrialista de desenvolvimento, de resultados imediatos e visíveis (Amaro, 2001), e o processo de implementação de um Parque, com o objectivo de preservar e apresentar algo considerado como possuindo uma valia muito reduzida, foi só valorizado, também devido a uma promoção institucional até certo ponto inadequada (Figueiredo e Martins, 2001, p. 159), se tal se fosse constituir como a “galinha dos ovos de ouro” que desenvolveria a região. Como tal, não é surpreendente que um inquérito (Figueiredo e Martins, 2001) acerca da disposição da população e parceiros locais para participar no processo de implementação do Parque tenha revelado as confusões e os equívocos entre a comunidade local e as instituições que lideraram o processo: a criação do PAVC traria finalmente auto-estradas e ajudaria a empregar toda a população local. Numa lógica industrialista de desenvolvimento, o Parque, como seu substituto, teria de corresponder às expectativas de crescimento económico prometidas pela barragem e sua construção, por mais equívocas que fossem. De facto, após o termo do trabalho de construção deste empreendimento, todos os trabalhadores abandonariam a área, sendo três técnicos suficientes para manter a barragem em funcionamento (Luís, 2000, p. 47). A criação do PAVC foi sempre encarada pelas instituições que lideraram o processo e pelos especialistas que aconselharam a instituição do PAVC como uma parte — todavia importante — de uma estratégia global de desenvolvimento sustentado para a região, que valorizasse a permanência de todos os aspectos que fazem do Vale um local extremamente significativo (Oosterbeek, 1995, p. 676; Raposo, 1995, p. 733; Zilhão, 1998). Este conceito foi de difícil compreensão para a população local e seus representantes que, cansados do que sentiam e sentem ser o subdesenvolvimento crónico da região, desejavam um desenvolvimento de tipo “instantâneo”. Como veremos estes equívocos moldaram decisivamente a avaliação que a população e os parceiros locais fazem do sucesso do Parque e do sistema de visita implementado.

Apesar das várias opiniões favoráveis de especialistas mundiais em arte rupestre e sua gestão acerca do sistema de visitas em operação no Côa existem algumas opiniões críticas, sobretudo ao nível nacional e local. A maioria das críticas desfavoráveis ao projecto global do PAVC são direccionadas para o sistema de visita e assumem duas formas distintas, quer criticando as restrições impostas pelo sistema quer, como consequência desta, censurando o facto do número de visitan-

tes ser baixo, insuficiente, portanto, para desenvolver a área. Os exemplos de críticas deste tipo são recorrentes na imprensa nacional: “Foz Côa é procurada por um décimo do número previsto (...). Os governantes não sabem o que fazer daquele vale” (Mónica, 2001); “O limite actual de visitas é demasiado restritivo e não se justifica sendo uma área ao ar livre.” (Fossati, 2001); “(o sistema de visita) é muito limitativo, muito controlado.” (Abreu, entrevistada por Meneses, 1998); “(...) o Parque para lá está, sem visitantes nem utilidade (...)” (Tavares, 2000). Os parceiros e comunidade local, que pretendem estimular o desenvolvimento económico da área com a vinda de mais visitantes à região, vêem também o sistema de visita actual como inadequado para a prossecução deste objectivo. Podemos citar como exemplo o Presidente da Câmara Municipal de Foz Côa, Eng. Sotero Ribeiro, que afirmou que “o esquema de visita às gravuras não serve os interesses do concelho” (Ribeiro, entrevistado por Anónimo, 2001). Por outro lado, a verdade é que as expectativas que foram criadas na comunidade local fruto das muitas promessas feitas aquando do anúncio da criação do PAVC foram cumpridas de uma forma incompleta e parcial, já que o anterior Governo não investiu na região como devia e como aliás garantiu. Os casos mais flagrantes desta falta de investimento foram a criação do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, que teve a sua construção anunciada já em 1996 mas que tem vindo a ser sucessivamente adiada, ou a instituição de um programa de desenvolvimento regional (PROCÔA), maioritariamente financiado pela União Europeia, e que de poucos fundos dispôs, já que a necessária contribuição do Estado português foi insuficiente (Garcias, 2001a).

Todavia, embora estando as duas implacavelmente interligadas, uma coisa são as expectativas de desenvolvimento da população local e outra a salvaguarda da arte rupestre do Vale do Côa. O desenvolvimento da região não pode ou deve ser conseguido à custa da preservação da arte. A médio e a longo prazo, se estratégias de desenvolvimento insustentáveis ou mal planeadas forem postas em acção, não restará arte rupestre para apresentar na completa veracidade da sua integridade, autenticidade ou mesmo realidade física. Como vimos, os SARAL têm características particulares no que concerne à sua preservação e gestão, sendo a pressão resultante da presença de visitantes um dos poucos factores controláveis de forma quase total. Talvez os sítios ao ar livre não sofram, como afirma Fossati, dos problemas relacionados com o crescimento de fungos e de bactérias ou de humidade resultante da presença de visitantes de que as grutas de arte rupestre padecem (Fossati, 2001) mas outros mecanismos estão presentes e devem ser tidos em conta. Sendo que os efeitos destes mecanismos não podem ser completamente compreendidos num período de tempo diminuto e considerando ainda que se revela como um absurdo “forçar” a pressão resultante da presença de visitantes a um máximo só para determinar as consequências (reversíveis ou não) desses impactos, a implantação duma estratégia de conservação preventiva é a única linha de acção razoável a seguir. Esta é também a razão última que determinou a forma como a capacidade de sustentação “protectora” dos sítios abertos ao público do Côa foi instituída. No sítio vizinho de Siega Verde as autoridades espanholas, que durante anos pouca atenção prestaram à protecção do local, foram recentemente forçadas a adoptar medidas mais drásticas de modo a impedir que mais impactos desastrosos decorrentes da pressão das visitas ocorressem.

Desde que o PAVC foi criado, a arte rupestre do Vale do Côa beneficiou da implementação de um sistema de visita gerido numa óptica de conciliação entre preservação e apresentação pública, tentando pois evitar que planos insustentáveis, de carácter “desenvolvimentista”, degradassem a Arte e a paisagem que lhe confere sentido. Infelizmente, como em muitos outros SARAL, o problema mais grave no Vale do Côa, motivado pela presença de visitantes, prende-se com a ocorrência de episódios de vandalismo. Aquando da descoberta dos primeiros painéis não existia nenhuma forma de controlo do acesso, sendo que, conseqüentemente, alguns episódios de

inscrição de grafitos ocorreram, nomeadamente no Núcleo da Penascosa, mas felizmente em superfícies sem gravuras (Fig. 9). Estas ocorrências demonstraram ser inevitável implementar um sistema de visita de acesso restrito de modo a preservar a integridade da arte rupestre do Côa. Lamentavelmente, mesmo depois do sistema ter sido já implementado, ocorreu um incidente bastante mais grave (Fig. 10), que provou a indispensabilidade de manter o actual sistema de visita nas suas características fundamentais: vigilância e monitorização de visitantes “espontâneos” e daqueles acompanhados pelos Guias por um lado e o acesso restrito por outro. Mesmo sendo impossível, ou melhor, intoleravelmente oneroso, vigiar todas as superfícies gravadas existentes no Côa 24 horas por dia, se nenhum sistema de vigilância, monitorização e restrição do acesso existisse, os prejuízos seriam ainda mais desastrosos.

Para os parceiros e comunidade locais a ideia de proteger as gravuras é de aceitação algo problemática. Se o desenvolvimento da região é um desiderato em que todos estão de acordo, os diversos meios propostos para o atingir são um pouco mais contraditórios. Os equívocos presentes no processo de criação do PAVC e as promessas governamentais não cumpridas levaram à existência de um clima de desconfiança entre o Parque, apercebido como uma entidade governamental exógena, e a comunidade. Os objectivos do PAVC são, no entanto, claros: protecção e apresentação pública das gravuras. Evidentemente que o fluxo de visitantes gerado pela existência de uma atracção turística como o Parque pode ser, e é já, um importante factor de desenvolvimento, mas nunca poderá ser o único. Do mesmo modo, as funções do Parque não passam pela construção

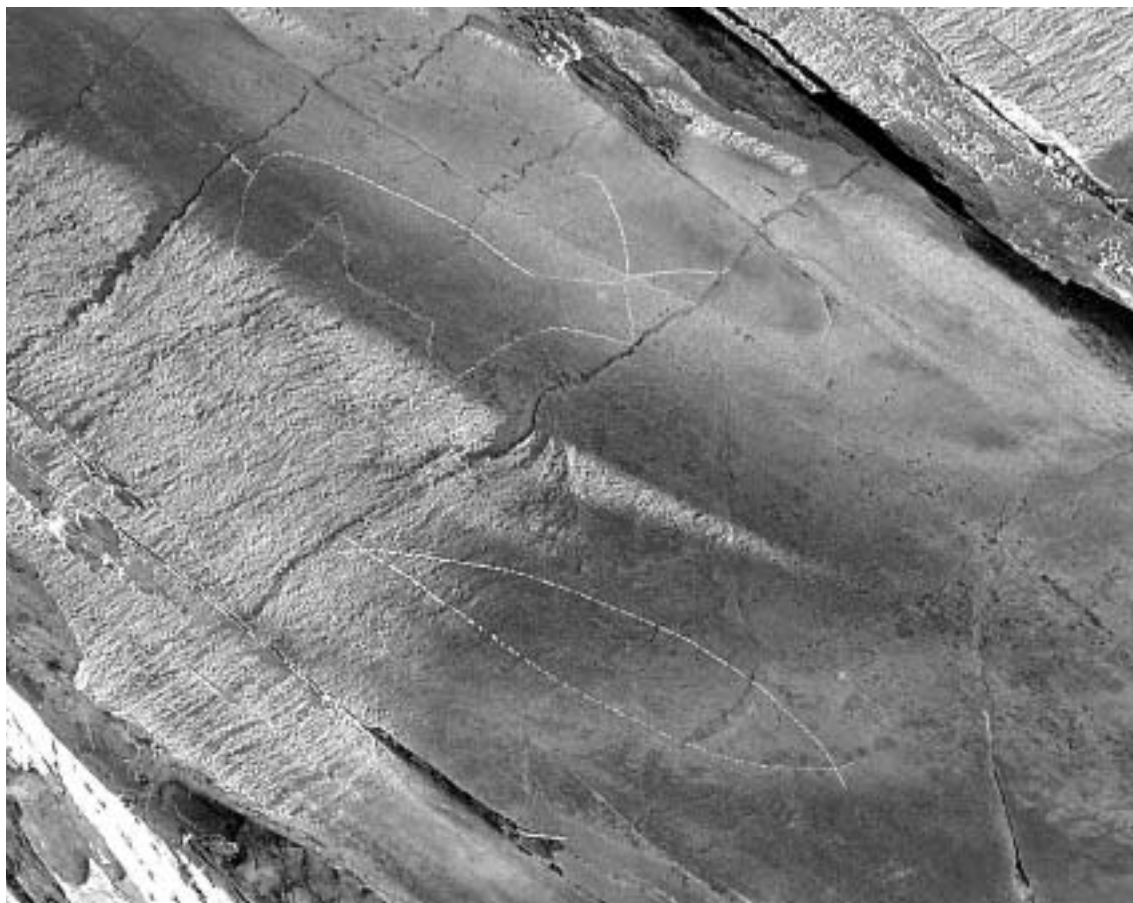


Fig. 9 Motivos “naive” (uma cabra e um peixe) gravados numa superfície xistosa da Penascosa.



Fig. 10 Resultado dum acto de vandalismo recente na Rocha n.º 17 da Penascosa. De sublinhar que o motivo equestre feito por P. Matos (o nome que aparece na assinatura [!]) superimpõe uma figura antropomórfica, localizada junto do pescoço do cavalo, que, segundo se crê, data do Neolítico, e ainda uma quase invisível figura zoomórfica (uma cabra) incisa por técnica filiforme, datada do Paleolítico Superior, e localizada junto da cauda do cavalo (Baptista, 1999, p. 112).

dos hotéis ou das estradas de que a região se encontra carecida, precisamente o que as comunidades e parceiros vêem como as prioridades em termos de desenvolvimento. Podemos citar novamente o Presidente da Câmara de Foz Côa que declarou, numa parte duma entrevista em que avalia o desempenho do PAVC, que “(...) no que se refere a Estradas Nacionais e passados que são cinco anos sobre as grandes expectativas geradas pela descoberta das gravuras e da criação do PROCÔA posso dizer que *estamos a zero*” (Ribeiro, entrevistado por Anónimo, 2000; *italico no original*). Por outro lado a falta de decisões políticas em relação à construção do Museu do Côa, também uma das incumbências do PAVC, agrava ainda mais o clima de descontentamento sentido pela comunidade local. Neste contexto, o sistema de visita de acesso restrito é visto como um entrave para o desenvolvimento da região, tal como é entendido pela comunidade e parceiros locais, sendo que a maioria acredita que um sistema de acesso incondicional seria crucial para atingir o desejado nível de desenvolvimento. O Presidente da Câmara de Foz Côa sugere pois a criação de um sítio “sacrificial”: “(...) um dos núcleos de gravuras poderia ser visitado por grupos maiores (...)” (Ribeiro, entrevistado por Anónimo, 2000) sugerindo ainda a abertura de mais Núcleos ao público (*ibidem*).

De qualquer modo, existe um importante fenómeno no modo como os visitantes do Vale do Côa se distribuem sazonalmente ao longo do ano (ver Tabela 3) potenciador da avaliação negativa que a comunidade e parceiros locais têm do sistema de visita. Este fenómeno sazonal origina que nos meses de Verão (ironicamente a altura do ano em que as condições de visita são mais

duras, devido ao clima seco e muito quente) e especialmente em Agosto, alguns visitantes que não efectuaram a pré-marcação da visita não conseguem obter lugar nas visitas do PAVC. Já que a maioria destes visitantes expressam publicamente (nos restaurantes onde fazem as suas refeições, nos locais onde passam a noite, etc.) as suas queixas acerca do sistema que os impediu de visitar as gravuras, alguns depois de percorrerem muitos quilómetros para tal, a população local, exposta a estes protestos, entende as restrições impostas pelo sistema em vigor como muito rigorosas e um obstáculo ao desenvolvimento da área. Assim sendo não é surpreendente que alguns parceiros proponham uma maior flexibilidade do sistema de visita quando estes picos de procura sazonal ocorrem. Quando por nós entrevistado, o Dr. Rui Reininho, vereador da Câmara Municipal de Foz Côa responsável pelas áreas do Turismo e da Cultura, e sócio de uma das companhias privadas que também efectuam visitas às gravuras, apelou à fixação de limites diários mais amplos durante os meses de Verão de modo a fazer face aos picos sazonais na procura. Na mesma entrevista, Reininho apelou também para um ajustamento na forma como os visitantes são conduzidos para os Núcleos, acreditando nas vantagens de um sistema vaivém em que os jipes estariam sempre a transportar visitantes entre os Centros de Recepção e os Núcleos visitáveis, onde os Guias aguardariam os grupos acompanhando-os depois apenas na visita às superfícies gravadas de cada um dos Núcleos.

Todavia, com a excepção do primeiro ano após a abertura do PAVC, os números de visitantes nunca atingiram os valores máximos anuais (um pouco mais de 30 000 visitantes) permitidos pelo sistema de visita em vigor (ver Tabela 1). Sendo assim, qualquer que seja o sistema de acesso implantado, se nenhuns visitantes demandarem a zona, os benefícios económicos serão inexistentes. Esperançosamente, o número ideal de visitantes, determinado pelo compromisso entre preservação e apresentação pública fundamental na implantação do sistema de visita no Vale do Côa, visitará os sítios de arte rupestre, contribuindo assim para o desenvolvimento económico da área. Os dirigentes do Parque acreditam que sem o Museu, planeado para acolher cerca de 200 000 visitantes por ano, este compromisso terá de ser mantido tal como está, ajustando-o de forma pontual quando e se necessário. Quando por nós entrevistado, Fernando Maia Pinto, o Director do PAVC, manifestou a sua convicção nos benefícios da construção do Museu, que permitiria um aumento no número de visitantes sem comprometer o tipo de desenvolvimento sustentado que idealiza para a zona, promovendo ainda o aparecimento de dinâmicas económicas e sociais complementares. Ainda de acordo com Maia Pinto, foi sempre política do Parque apoiar a sobrevivência dos produtos tradicionais da zona, aliás criadores de importantes mais valias, pondo-os à venda nos Centros de Recepção, tentando demonstrar à comunidade local a viabilidade de uma agricultura de tipo tradicional. Porém, Maia Pinto crê também que este processo de desenvolvimento produzirá resultados de uma forma gradual e algo invisível num período temporal curto levando um certo tempo para que a população local se aperceba totalmente dos benefícios deste processo. Ele sublinha também o papel essencial que este processo desempenhou e desempenhará, designadamente com a prevista construção do Museu, na criação de emprego e na fixação de jovens nesta região. Muitos especialistas crêem também no papel vital do Museu. Ulf Bertilsson, por exemplo, concorda que o Museu será uma estrutura fundamental para o desenvolvimento sustentado da zona, especialmente no longo prazo (Garcias, 2001c).

Embora na comunidade local exista uma certa atmosfera de falta de confiança, motivada em grande medida pelo relativo falhanço do PROCÔA, e conseqüente crença de que o investimento na criação ou beneficiação das estruturas privadas que promovem e podem incrementar a incipiente oferta turística existente constitui um grande risco, nos últimos tempos deparamo-nos com algumas manifestações, tímidas, é certo, mas encorajadoras de que algo na região está a mudar

em termos de iniciativa privada. A Adega Cooperativa de V. N. Foz Côa alcançou um excepcional acréscimo de vendas após ter recorrido à arte rupestre na promoção, designação e rotulagem dos seus produtos (Garcias, 2001a). Outro caso de sucesso é o de uma quinta produtora de Vinho do Porto (pertencente a um grupo multinacional francês) onde foi criado um pequeno Museu de sítio dedicado à ilustração do ciclo de produção do vinho e à interpretação de um sítio Romano localizado na propriedade (Guimarães, 1997; Guimarães, 1998). Uma albergaria, algumas estruturas de turismo rural e um restaurante de qualidade completam, juntamente com a criação de várias companhias de passeios, de actividades “radicais” ao ar livre e de visitas às gravuras, este quadro de mudança da mentalidade da pequena e média burguesia local. Ao nível do investimento público, além da criação do próprio PAVC e dos seus três Centros de Recepção, há que mencionar a construção do Centro Cultural Municipal e da Pousada da Juventude. Porém, talvez o indicador mais relevante de que alguma coisa está de facto a mudar e que demonstra que Foz Côa, apesar do processo de desertificação em curso, tem ainda a capacidade de atrair novos residentes, é revelado pelos dados relativos à imigração. Na última década, o concelho de Foz Côa obteve a quarta maior taxa de crescimento migratório de Trás-os-Montes e Alto Douro — no que apenas foi superado por Chaves, Bragança e Vila Real (INE, 2001; Gomes, 2002) —, o que para um concelho com uma população de pouco mais de 8 mil indivíduos é bastante significativo.

Já que os investimentos privados têm tido, de um modo geral, resultados positivos, é talvez uma questão de tempo até que a maioria da população compreenda que um turismo que tome partido das actividades agrícolas tradicionais geradoras de produtos de alta qualidade (como o Vinho do Porto, o azeite, o mel ou a amêndoa), da paisagem associada e seus magníficos cenários onde subsistem espécies faunísticas ameaçadas de extinção (como o Grifo, as Águias de Bonelli e Real ou a Cegonha Negra [Leão et al., 2002]) e do património de arte rupestre proporcionará um desenvolvimento equilibrado e harmonioso. Tal desenvolvimento maximizaria as potencialidades da zona respeitando, ao mesmo tempo, a integridade e autenticidade da arte e da “sua” paisagem, contribuindo para a manutenção das formas tradicionais de interacção entre o Homem e o “mundo natural humano”. Contudo este é um processo algo lento e invisível. Se na década de 50 alguém declarasse que a região francesa da Dordogne, onde, por exemplo, Lascaux ou Rouffignac se localizam, teria na viragem do século 2 milhões de visitantes anuais, fazendo do turismo cultural a mais importante actividade económica da zona (Maury, comunicação pessoal), seria considerado como um lunático. Hoje em dia, a maioria das actividades económicas da região orbitam em volta do turismo cultural baseado na visita aos sítios de arte rupestre. Este foi, todavia, um processo lento, desde a descoberta das primeiras grutas de arte rupestre há mais de 100 anos, mas que inequivocamente alterou e moldou as dinâmicas sociais, económicas e culturais desta região. Porém, embora cada região e cada património tenha as suas próprias características e pertença a diferentes países, seria, para além de muito difícil, extremamente delicado se o Côa atingisse valores no número de visitantes semelhantes aos da Dordogne, pois que nesta região o aumento astronómico de turistas fez disparar a pressão sobre os sítios de arte rupestre, motivando a presente tendência de impor maiores restrições no acesso público a estes locais patrimoniais. Como tal, este caso é analisado apenas como ilustrando as dinâmicas económicas e sociais que o Património de arte rupestre pode estimular, sendo pouco recomendável ou plausível que se perspetive o futuro do Côa como um pólo atractivo do número de visitantes que a Dordonha seduz anualmente.

De qualquer modo, a implementação de um sistema de visita de acesso totalmente irrestrito não asseguraria por si só que um fluxo regular e considerável de visitantes demandasse a região do Côa e os sítios de arte rupestre. No pior cenário possível tal sistema implicaria que um número

pouco significativo de visitantes teria acesso ilimitado aos Núcleos de arte rupestre sem ninguém a monitorizá-los, exercendo pois a sua pressão “livremente”... e basta apenas um visitante mal informado ou mal intencionado para danificar irreparavelmente, de forma consciente ou não, as superfícies de arte rupestre. Tal é a situação que se vive presentemente em Mazouco. Quando por nós entrevistado, o Sr. Armando Lopes, o Presidente da Junta de Freguesia de Mazouco, declarou que a existência ou não de livre acesso ao sítio onde se localizam as gravuras rupestres é irrelevante para o desenvolvimento da zona, já que os visitantes não param na aldeia. Ao contrário do que aconteceu no Côa, onde os cerca de 50 postos de trabalho directos ou indirectos criados (Guias, pessoal administrativo, seguranças, etc.) deram oportunidades de trabalho, na sua maioria, a habitantes locais, contribuindo assim para a fixação de jovens, não houve investimento nas estruturas de apoio ou nos recursos humanos que pudessem apresentar e interpretar as gravuras aos visitantes fomentando assim o desenvolvimento de sinergias económicas locais e a criação de emprego na região. Para além disso, não existindo ninguém a monitorizar ou a apresentar o sítio, os visitantes menos sensatos podem deixar desenfreadamente as marcas da sua passagem. Não é necessária uma inspecção muito detalhada ao motivo equestre para nos apercebermos que as suas linhas têm vindo, desde a sua descoberta, a ser continuamente “recriadas” tendo ainda vários motivos sido recentemente inscritos dentro do corpo do cavalo paleolítico (Fig. 11).



Fig. 11 Presente estado do “Cavalo de Mazouco”. De notar a “brancura” das linhas do motivo, resultado dos reavivamentos contínuos sofridos. De notar também a evidente discrepância entre as linhas do Cavalo e os traços de outra figura paleolítica, menos “renovada”, situada em frente da cabeça do Cavalo. São também visíveis alguns grafitos inscritos dentro do corpo do Cavalo.

Considerando todas as questões socio-económicas e de preservação que, na nossa sociedade — onde o turismo cultural pretende ser (ou é já?) apenas mais uma indústria geradora de receitas — que orbita e está organizada em torno da procura do lucro, envolvem esta actividade, voltamos uma vez mais à árdua tarefa de tentar alcançar o compromisso ideal. Muitas estratégias podem ser implementadas no Vale do Côa ou aplicadas ao sistema de acesso público aos Núcleos de arte rupestre. Contudo, todas as estratégias de desenvolvimento que, de uma forma ou outra e em qualquer altura, constituam uma ameaça para a existência integral e continuada da arte rupestre do Vale do Côa, num estado de conservação óptimo, no seu contexto próprio e significativo e tal como deve ser legada aos nossos descendentes, não devem ser seguidas. A abertura total e incondicional dos Núcleos de arte rupestre, suprimindo os procedimentos de vigilância e monitorização ou complicando-os demasiadamente, é um exemplo claro deste tipo de estratégias contraproducentes. Os impactos negativos e interligados destas estratégias podem resultar na perda da autenticidade devido à tentativa de implementar medidas “sacrificiais” ou de “endurecimento” desadequadas tais como a criação de estruturas de apoio (casas de banho, parques de estacionamento, restaurantes ou bares, etc.) nos próprios Núcleos ou o asfaltamento dos pitorescos caminhos rurais. Nos Núcleos de arte rupestre, que até hoje perduraram num estado praticamente inalterado (com a excepção dos Núcleos situados na área de construção da barragem, que devido aos trabalhos de implantação desta sofreram grandes impactos descaracterizadores), tais medidas teriam como consequência a desvirtuação da paisagem, do ambiente de visita e da identidade intemporal deste património inestimável. De qualquer modo, embora a criação de um sítio sacrificial ou o endurecimento dos sítios de arte rupestre seja algo a recomendar com muitas reservas, se tal for objecto de avaliação, deve-se sempre considerar a realização duma intervenção deste tipo num dos sítios situados na zona de construção da barragem, pois bastante da integridade e autenticidade desses locais está já esbatida.

Estratégias de desenvolvimento contraproducentes podem também motivar a perda de integridade devido aos efeitos resultantes da presença de visitantes tais como a ocorrência de actos de vandalismo ou de danos totais ou parciais para as superfícies resultantes de outros incidentes de diversos tipos. Neste contexto a exigência de uma maior flexibilidade na gestão dos picos sazonais, que passam pela necessidade de estabelecer limites diários de visitantes mais elevados durante o Verão não fazem muito sentido. Seria ilógico ter um esquema restritivo preventivo implantado durante 9 meses do ano, enquanto que nos restantes 3 um sistema menos restritivo estaria em operação, resultando nas previsíveis consequências negativas que tal alternância originaria. Quanto à sugestão da implantação de um sistema de tipo vaivém, o seu maior inconveniente prende-se com o facto deste sistema ser apenas viável se os limites fixados no número de visitantes fossem alterados para um valor mais elevado. Sem contar com os problemas que a previsível formação de multidões ocasionaria, sendo o conceito baseado na máxima utilização logística possível deste recurso cultural, motivada por razões puramente económicas e organizativas, tal faria o sistema ter um impacto prejudicial na qualidade da experiência de visita porque os visitantes seriam apressados duma superfície gravada para outra, pois existiriam mais pessoas à espera e os jipes não poderiam parar. É importante realçar que os visitantes ouvidos no inquérito realizado no âmbito deste artigo reagiram negativamente quando confrontados com um aumento hipotético na quantidade de visitantes presentes contemporaneamente nos núcleos de arte rupestre abertos ao público sendo da opinião que a qualidade da experiência de visita decairia significativamente.

A abertura de mais sítios ao público, uma das estratégias sugeridas por parceiros locais, seria, aparentemente, de implementação consensual. Contudo, a disponibilização de mais sítios para

visita teria de ser acompanhada por um aumento dos recursos do PAVC (Guias, jipes, centros de recepção, guardas), pois esta opção seria unicamente plausível se estes sítios fossem integrados no sistema de acesso público à arte rupestre do Vale do Côa já em vigor. Mesmo considerando que a criação de mais saídas profissionais seria bastante benéfica para a comunidade local, é muito improvável que os fundos necessários para o aumento da capacidade logística do PAVC fossem disponibilizados. Assim sendo, esta é uma medida que requer uma abordagem cautelosa, já que existe o risco de que os recursos à disposição do PAVC, que previsivelmente terão tendência para diminuir num futuro próximo, não consigam manter a eficácia do actual sistema restritivo em operação, ainda para mais, sobrecarregados pela abertura de mais sítios. Esta medida também implicará que sítios quase virgens que têm estado sujeitos a um *stress* reduzido comecem a sofrer os impactos, mesmo que limitados por um sistema de acesso restrito, resultantes da presença de visitantes.

Analisando todos os problemas ligados à gestão dos sistemas de visita a locais de interesse patrimonial e público examinadas neste artigo, a conclusão natural é a de que a maior parte das críticas ao esquema de visita implantado no Côa representam “não-oportunidades”. É surpreendente verificar que figuras influentes, sensíveis às questões ligadas à conservação do património e falando maioritariamente na imprensa nacional classifiquem o sistema como demasiado restritivo e considerem o projecto global do PAVC como tendo falhado. Além de apresentar as conclusões de dois inquéritos realizados no Vale do Côa que revelam interessantes níveis de satisfação com a experiência de visita, este artigo salienta igualmente a recorrência, na literatura especializada na gestão e conservação da arte rupestre, de exemplos dos efeitos negativos que a presença de visitantes implica para os sítios de arte rupestre, quer os situados ao ar livre quer os localizados em grutas. Como o Vale do Côa forneceu mais alguns exemplos de episódios de vandalismo a esta lamentável lista mundial, e só não é exemplo de excessos feitos em nome do desenvolvimento porque a política de gestão do PAVC, da qual resulta o sistema de visita, é eficaz, não só na prevenção de desvarios de carácter “desenvolvimentista”, mas também na preservação deste património frágil, é difícil de compreender o que estes críticos defendem precisamente: a rápida perda da autenticidade e integridade e portanto dos valores intrínsecos extraordinários que motivaram a inclusão da arte rupestre do Vale do Côa na LPM? Quanto a esta questão não podem existir equívocos; os Núcleos de arte rupestre do Côa ou estão protegidos por um sistema de acesso limitado do tipo do já implementado ou então a porta está livremente aberta aos visitantes e aos impactos que a sua presença promove: actos de vandalismo, perda de autenticidade, aceleração da erosão e, finalmente, o desaparecimento total. Além do mais, os visitantes dos Núcleos de arte rupestre avaliam o sistema de visita como sendo equilibrado e a melhor forma de conciliar a protecção com a apresentação pública das gravuras, isto para além de avaliarem a experiência como muito aprazível. É também interessante notar que ninguém, ao nível nacional, tenha até agora chamado atenção para a situação de Mazouco, onde, como vimos, as gravuras existentes têm vindo a ser sujeitas, regularmente, a actos de vandalismo, pois que os visitantes usufruem de acesso incondicional e não vigiado ao local onde estas se situam. O facto do Côa estar mais exposto à atenção dos média talvez explique esta omissão... Por outro lado, as críticas da comunidade e parceiros locais são mais compreensíveis, já que a maior parte deseja verdadeiramente a criação das condições que possam ajudar a reverter as persistentemente frágeis dinâmicas económico-sociais da região. De qualquer modo, os parceiros locais devem estar conscientes das implicações, acima mencionadas, que algumas das suas propostas poderão representar para a preservação a longo prazo dos recursos não-renováveis culturais, mas também económicos do Vale do Côa. Como a discussão das questões que rodeiam a protecção dos SARAL demonstrou, a filoso-

fia de gestão defensiva que foi implementada pelo PAVC e de que o sistema de visita é consequência é o garante da preservação da arte milenar do Côa fornecendo ainda as bases para o desenvolvimento de uma indústria turística de carácter sustentado.

Conclusão: oportunidades perdidas ou oportunidades que devem ser perdidas?

Idealmente todos os sítios arqueológicos devem ser protegidos. De qualquer modo, mais do que apenas prestar atenção aos sítios que fazem parte da LPM, os Estados e Governos devem conceber estratégias de protecção coerentes que abarquem todos os locais significantes, mesmo que sejam só importantes a um nível regional ou local. Além de fazerem parte da identidade própria duma nação ou duma cultura, eles fazem também parte do património global da Humanidade. Talvez uma das melhores formas de assegurar a protecção destes sítios, especialmente dos SARAL, que subsistem num delicado equilíbrio de conservação devido, por exemplo, à acção dos mecanismos geológicas ou dos organismos biológicas presentes (Lambert, 1989, p. 4-32; Vidal, 2001) e que têm vindo a ser sujeitas, ao longo do tempo, aos impactos resultantes de todo o tipo de acções antrópicas, será a implementação de estratégias de gestão em que a protecção preventiva seja uma prioridade, nomeadamente instaurando sistemas de visita de acesso controlado. Existindo mecanismos erodentes em acção nos sítios de arte rupestre que são incontroláveis e contra os quais pouco há a fazer (como as consequências dos movimentos regulares do planeta) e se a pressão originada pela presença de visitantes pode motivar o aceleramento da erosão natural do estado de conservação dos sítios ou mesmo danificar de forma muito tangível a integridade destes valores patrimoniais, a atitude mais sensata e lógica é a de controlar aquilo que é controlável. Se bem gerida, a presença de visitantes é precisamente um dos aspectos que terá impactos globais menos significativos nos sítios de arte rupestre. Qualquer que seja a situação específica de cada sítio, os exemplos provenientes de todo o mundo aqui debatidos demonstram que a presença de visitantes implicará sempre a ocorrência de impactos negativos em locais de valor patrimonial. Será que temos de esperar pela manifestação desses impactos, o que, ironicamente, irá fornecer um modo de determinar as consequências desse impactos, para então adoptar as então necessárias, mas talvez menos efectivas, medidas de protecção radicais, tais como o completo encerramento ao público destes sítios? Se sistemas razoáveis de acesso público não forem implementados quando um sítio é disponibilizado para visita, as consequências demorarão um pouco até se manifestarem totalmente. Contudo é apenas uma questão de tempo até que estes impactos, que por vezes se revestem de carácter irreversível, desencadeiem e estimulem inexoráveis mecanismos erosivos levando, no médio e longo prazo, ao desaparecimento deste património.

Assim sendo, a implementação das estratégias de gestão destes sítios deve sempre iniciar-se a partir de uma posição defensiva. A maior parte das críticas dos “fazedores de opinião” e a maioria das sugestões dos parceiros locais representam (“não”) oportunidades que devem ser perdidas para que o Côa mantenha os valores idiossincráticos que motivaram a sua inscrição na LPM. Como a reflexão acerca das diferentes estratégias de visita implementadas em distintos sítios nesta área da Península Ibérica demonstra, estas “não” oportunidades não devem ser confundidas com oportunidades perdidas, quaisquer que sejam as falhas do processo de desenvolvimento sustentado delineado e implementado. Para além do mais, se “estratégias” de liberalização do acesso forem aplicadas, não demorará muito para que os predicados que fazem do vale um local único e extremamente significativo na História da Humanidade se percam ou sofram uma descaracterização redutora comprometendo ainda as possibilidades de sucesso de um projecto de

desenvolvimento integrado e transversal da região. Um processo de desenvolvimento de cariz sustentável será, no médio e longo prazo, definitivamente mais benéfico e proveitoso do que os (julgados serem) resultados “imediatos” e seguramente ruinosos de planos de desenvolvimento desequilibrados, de aplicação instantânea e de implementação precipitada. Apesar disso, os responsáveis pela gestão do acesso público a qualquer local patrimonial devem estar conscientes das oportunidades “saudáveis” e exequíveis que vão surgindo ou que podem ser criadas para melhorar ou ajustar o sistema de visita implementado, já que tal sistema não pode ser considerado como estático devendo sempre levar-se em conta todas as dinâmicas, exógenas ou endógenas à instituição que administra um dado conjunto patrimonial, que influenciam ou podem vir a determinar o seu ajustamento.

A diversificação da oferta ou a criação das estruturas de apoio estão entre estas oportunidades a estudar caso a caso, mas possíveis apenas se não atentarem contra a preservação da integridade e autenticidade dos locais de interesse patrimonial. Tais oportunidades estão a ser desenvolvidas no Côa, nomeadamente com a planeada construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, crucial para o aumento da capacidade de acolhimento de visitantes da região e para o fortalecimento das dinâmicas económicas locais, quer pelo acréscimo do número de visitantes demandando a zona, quer pelos postos de trabalho, directos e indirectos, que criará. Uma outra oportunidade prende-se com a necessidade de alargar os mecanismos de comunicação entre o PAVC e a comunidade e parceiros locais. Se uma atmosfera positiva de cooperação puder ser reforçada, talvez as estratégias de gestão implementadas pelo Parque possam ser mais bem compreendidas especialmente se a comunidade sentir que a sua participação é bem-vinda. Juntamente com a educação e pedagogia, o estabelecimento de canais de comunicação sólidos e multilaterais é um dos melhores meios para alertar a sociedade acerca das questões ligadas à preservação do PC além de fomentar uma participação mais activa por parte da comunidade. Uma forma de abrir o PAVC à comunidade poderá também passar pela instituição de um “dia franco” em que a visita às gravuras seria gratuita para os habitantes locais, que seriam também convidados a visitar as instalações do PAVC, de modo a observarem com os seus próprios olhos os métodos de trabalho do Parque, e a colocarem todas as questões que julguem pertinentes esclarecendo assim dúvidas e desfazendo os equívocos que possam existir.

Também as acções de carácter pedagógico e interpretativo devem ser desenvolvidas mais intensamente, quer aprofundando os projectos já existentes nesta área, de que é exemplo o protocolo instituído com o Ministério da Educação que permite aos alunos do ensino secundário visitar gratuitamente os sítios abertos ao público do Vale do Côa, quer criando novos projectos neste âmbito. Alcançar os indivíduos quando estes se encontram no período formativo da sua vida, transmitindo-lhes e alertando-os para as questões que envolvem a preservação do PC é fundamental para a construção de uma sociedade em que o património seja respeitado e valorizado. Assim, e indo para além do protocolo já instituído e de modo a comunicar à comunidade local de uma forma mais abrangente a filosofia de gestão e de preservação da arte rupestre do Vale do Côa, bem com o a sua importância universal, o PAVC deverá acordar com as escolas uma programação de visitas alargadas e “especiais” para os alunos da região e mesmo do país. Estas visitas poderão obter melhores resultados pedagógicos se elementos do PAVC se deslocarem às escolas efectuando ou acompanhando uma preparação pré-visita, que integre a Arte do Côa no seu contexto histórico por um lado e que aborde as várias questões ligadas à gestão e preservação por outro. Do mesmo modo, os cidadãos mais velhos devem também ser informados destas questões numa forma adaptada às características de cada estrato ou grupo social assegurando assim que a mensagem seja entregue e compreendida. Como demonstram os inquéritos aqui apresentados,

quando um sítio é apresentado por Guias qualificados e numa atmosfera agradável, os visitantes reagirão de forma positiva tomando consciência da importância dos sítios de PC e da necessidade da sua conservação.

Por outro lado, e já que muitos visitantes e uma grande parte da comunidade local julgam que o sistema de visita não é muito divulgado, a aposta numa melhor promoção e informação do sistema, nomeadamente acerca da conveniência em efectuar antecipadamente a marcação da visita, poderá revelar-se de extrema utilidade. Além do mais, pois que os níveis de utilização apenas atingiram, aproximadamente, o limite máximo permitido anualmente no primeiro ano de abertura ao público (ver Tabela 1) existe ainda a capacidade para receber mais visitantes, mesmo antes ainda do Museu estar concluído, sendo para isso fundamental incrementar a promoção do destino de turismo cultural e científico “Vale do Côa”. Por outro lado, o aumento constante de visitantes não portugueses (ver Tabela 1) parece sugerir que o incremento da promoção do destino de turismo cultural “Vale do Côa” nos mercados estrangeiros, cuja representatividade no universo de visitantes do Côa for mais elevada, poderá contribuir decisivamente para a captação de turistas com um poder de compra muito interessante e, ao mesmo tempo, para o aumento do número anual de visitantes do Côa. A promoção externa e especialmente a interna do Vale do Côa deve também encorajar uma distribuição mais equilibrada dos visitantes pelos três sítios abertos ao público e ao longo do ano, porquanto picos sazonais na procura e uso excessivo de algum dos 3 sítios abertos ao público podem agravar os impactos perniciosos resultantes da pressão dos visitantes. Uma estratégia de encorajamento do equilíbrio na distribuição de visitantes poderá ser mais eficaz se incentivos forem criados, tais como a redução do preço da visita nas épocas baixas ou a programação, repartida ao longo de todo o ano, de eventos diversos e actividades complementares.

A implantação de esquemas de vigilância, embora essencial num sistema de acesso preventivo da ocorrência de danos, não pode por si só frustrar todos os possíveis actos de vandalismo ou impedir as consequências nefastas, decorrentes da presença de visitantes. Como tal, acções pedagógicas, informativas e de divulgação devem ser aprofundadas pelas estratégias postas em prática por qualquer organização de gestão do PC e, nomeadamente, pelo PAVC.

O acesso público a recursos culturais tão delicados como os sítios de arte rupestre é um pau de dois bicos: se por um lado beneficia de forma global a sociedade por outro ameaça a preservação da herança patrimonial que se pretende valorizar, proteger e apresentar. É assim de suma importância, como sublinha a CPM (Stanley-Price, 2000) e se ambicionamos a preservação e transmissão destes locais excepcionais na completa veracidade do seu significado e contexto, o recurso a abordagens práticas defensivas ao gerir a nossa relação com o “mundo natural humano” — afinal de contas, “uma natureza imaculada é coisa que já não existe” (Philips, 1997, p. 33; minha tradução), se alguma vez existiu... — onde o PC subsiste, testemunho do desenvolvimento e das consequências que esta relação implicou e implica para a construção e aproveitamento deste nosso planeta. Este compromisso crítico, o “Paradoxo da Gestão do Património”, é apenas uma parte de um processo conciliativo muito mais profundo, a reorganização constante da ecologia e economia humana e das regras que nos permitem viver numa sociedade ordenada. Assim, o compromisso mais imediato entre preservação e as dinâmicas de mercado por um lado e o interesse público por outro será sempre fruto de uma pura decisão política que pesa valores não económicos, significância ou impactos resultantes da presença de visitantes contra lucro, *cashflows* ou Desenvolvimento. Possam estas decisões ir além do que serem somente ainda outro sintoma de um sentimento subterrâneo de insatisfação na nossa sociedade, que no começo deste milénio se tornou um pouco mais visível e que é traduzido em grande medida pelas agudas contradições estruturais entre aquilo que é imediato e o que é sustentável, entre o capital e os valores intangíveis ou entre o descartável e a memória.

Agradecimentos

Em Londres gostaria de agradecer a todas as pessoas do Instituto de Arqueologia da University College London especialmente ao Doutor Gaetano Palumbo, à Doutora Paulette McManus e ao Dr. Tim Schadla-Hall. Em Portugal devo agradecer ao Instituto Português de Arqueologia (IPA) pela oportunidade facultada de frequentar o Curso de Mestrado *Managing Archaeological Sites*, já que sem a bolsa concedida nunca conseguiria completar este Curso. Gostaria de agradecer ao actual Director do IPA, Dr. Fernando Real, e ao seu anterior Director, Prof. João Zilhão, pelo seu apoio e por ser merecedor da sua confiança. Em Foz Côa quero agradecer a todas as pessoas que trabalham e acreditam no projecto do PAVC, especialmente ao seu Director, Arq. Maia Pinto. Os meus agradecimentos também para a Dra. Guilhermina Mota, para o Dr. António Tavares Lopes e para a Dra. Alzira de Fátima Tavares Lopes que corrigiram o texto além de fazerem sugestões e comentários relevantes sobre várias questões presentes nas primeiras versões do texto. Finalmente, os meus agradecimentos mais especiais e apaixonados a tu-sabes-quem, alguém sem a qual viver e acreditar não seria possível como é... Um grande abraço e muitos beijos.

“O Sistema de Visita e a Preservação da arte rupestre. O Caso de Dois Sítios de Ar Livre do Noroeste Português: o Vale do Côa e Mazouco” (*Visitor Management and the Preservation of Rock Art. Two Case Studies of Open Air Rock Art Sites in North Eastern Portugal: Côa Valley and Mazouco*), António Fernandes (2002), University College London, Institute of Archaeology. Tradução da dissertação apresentada no cumprimento dos requisitos parciais para a conclusão do Curso de Mestrado *MA in Managing Archaeological Sites* da University of London em 2002.

Apêndice I: método e resultados do inquérito aos visitantes

Método e amostra

O inquérito foi realizado durante os meses de Junho e Julho de 2002 através de um processo de entrevista pessoal. A dimensão da amostra foi de 100 indivíduos, representando um pouco menos de 1% dos visitantes do Parque em 2001 (Tabela 1). Já que cerca de 1/8 dos visitantes do PAVC em 2001 não eram de nacionalidade portuguesa (Tabela 1), a selecção da amostra reflecte esta realidade (Tabela 4). Do mesmo modo, a amostra reflecte a distribuição, em 2001, dos visitantes pelos 3 Núcleos abertos ao público (Tabela 2). Não contando com estes condicionamentos, a selecção da amostra foi feita de forma aleatória, levando em conta a idade e o sexo, para que se obtivesse a maior representatividade possível do universo total de visitantes do Vale do Côa. O indivíduo entrevistado mais jovem tinha 10 anos de idade e o mais idoso 78. Os dados preliminares obtidos por este inquérito, que deve ser interpretado como uma primeira abordagem sujeita à comprovação de inquéritos futuros de âmbito mais alargado, serão comparados com as informações obtidas pelo estudo realizado por Lima e Reis acerca do perfil sociológico e opiniões dos visitantes sobre a preservação das gravuras e o sistema de visita de modo a poder aferir-se da precisão dos dados obtidos pelo nosso inquérito, corroborando assim (ou não) as suas conclusões mais relevantes.

Tabela 1. Números totais de visitantes desde a abertura do PAVC em Agosto de 1996 até Dezembro de 2001. Fonte: PAVC.

	1996-97	1998	1999	2000	2001
Portugueses:	27 733	16 661	16 561	16 077	13 273
Estrangeiros:	429	1411	1642	2262	2763
Total:	28 159	18 072	18 203	18 339	16 036

Tabela 2. Distribuição dos visitantes, em 2001, pelos três Núcleos de arte rupestre abertos ao Público (em %). Fonte: PAVC.

Penascosa	Canada do Inferno	Ribeira de Piscos
61	27	12

Tabela 3. Distribuição mensal dos Visitantes em 2001. Fonte: PAVC.

Mês	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Total de Visitantes	122	554	1089	1614	1551	1605	1909	2831	1571	1528	1113	549

Tabela 4. Proveniência dos visitantes do PAVC entrevistados no Inquérito (em %)

Portugal	União Europeia (UE)	Europa Não Comunitária	Resto do Mundo
82	16	1	1

Perfil sociográfico dos visitantes

Do total dos visitantes entrevistados, 48% eram do sexo masculino e 52% do sexo feminino. Quase metade (46%) tinham menos de 30 anos de idade, 38% tinham de 31 a 50 anos e os restantes 16% tinham mais de 51 anos. Já que o inquérito de Lima e Reis não considerou indivíduos com menos de 18 anos os seus resultados nesta matéria são um pouco dissimilares: a maioria dos entrevistados (51,1%) tinha entre 31 e 50 anos de idade, 37,7% entre 18 e 30 e os restantes 11,2% mais de 51 anos (Lima e Reis, 2001, p. 149). De qualquer modo, os resultados não são completamente divergentes, mas, sendo que um dos objectivos do nosso inquérito era o de entrevistar, o mais possível, visitantes de todos os grupos etários, a inclusão de inquiridos com menos de 18 anos terá como consequência que o perfil dos visitantes varie ligeiramente, nomeadamente os dados relacionados com a idade, ocupação e nível de educação.

Quanto aos visitantes Portugueses, 42,6% provinham da zona da Grande Lisboa (Norte do Distrito de Setúbal incluído), 19,5% da zona do Grande Porto, 26,8% de cidades ou vilas de média ou pequena dimensão e 10,9% de áreas rurais. Do total de visitantes apenas cerca 10% eram provenientes de zonas do interior português. Estes resultados coincidem com os de Lima e Reis já que 47% dos seus inquiridos eram provenientes da zona da Grande Lisboa e 21% da zona do Grande Porto (Lima e Reis, 2001, p. 149).

Todos os entrevistados frequentaram ou frequentam ainda algum grau de ensino: 43% tinham um nível universitário de educação, 46% um nível secundário e 11% um nível primário. Novamente existe uma grande similaridade com os resultados de Lima e Reis já que 44,8% dos seus entrevistados tinham um diploma universitário e 55,2% estudos de nível secundário (Lima e Reis, 2001, p. 149).

Da totalidade de inquiridos, 72% encontravam-se empregados, 19% eram estudantes e os restantes 9% estavam desempregados, reformados ou tinham ocupações domésticas. O inquérito de Lima e Reis concluiu números similares: 79,8% dos seus entrevistados estavam empregados, 14% eram estudantes e 6,6% pertenciam às outras categorias. Como antes referimos, as

distintas amostras de cada inquérito explicam as diferenças marginais entre os resultados de um e outro estudo.

Para situar os 72% de entrevistados possuindo uma ocupação profissional na hierarquia social seguimos a sugestão de Almeida et al. (1988), também acatada por Lima e Reis (2001, p. 150), que subdividiram as classes sociais em fracções de classe. Os resultados apresentados na Tabela 5 coincidem genericamente com a pesquisa de Lima e Reis em que 59% dos entrevistados pertenciam à categoria da Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento, 11% às categorias da Burguesia Dirigente e Profissional e Pequena Burguesia de Execução, respectivamente e 4% à categoria da Burguesia Empresarial e Proprietária (Lima e Reis, 2001, p. 150).

Tabela 5. Classes sociais identificadas na amostra (em %)

<i>Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento</i>	<i>Pequena Burguesia de Execução</i>	<i>Burguesia Dirigente e Profissional</i>	<i>Burguesia Empresarial e Proprietária</i>	<i>Outras Categorias</i>
52,7	19,4	15,2	8,3	4,1

Quanto à frequência de visitas a museus e a sítios arqueológicos a maioria dos entrevistados (82%) declarou que no ano anterior tinham visitado pelo menos um museu ou um sítio arqueológico (Tabela 6). Lima e Reis inquiriram acerca dos hábitos de visita a sítios arqueológicos ou a monumentos históricos desde o começo da adolescência, concluindo que 76,2% dos entrevistados já tinham visitado outros sítios arqueológicos e que 97,3% tinham visitado monumentos históricos (Lima e Reis, 2001, p. 151-2).

Tabela 6. Hábitos de visita a Museus e Sítios Arqueológicos em 2001 (em %)

<i>Nenhuma visita</i>	<i>1-2</i>	<i>3-10</i>	<i>Mais de 11 visitas</i>
18	14	50	18

Avaliação da Experiência e do Sistema de Visita

Como sucedeu com o estudo de Lima e Reis em que 98,1% dos visitantes entrevistados declararam estar satisfeitos com a visita (sendo que 64% estavam mesmo muito satisfeitos) (Lima e Reis, 2001, p. 153), o nosso inquérito concluiu igualmente que o sistema implementado no Côa permite que os níveis de satisfação com a experiência sejam altos (Tabela 7). Assim, todos os visitantes entrevistados classificam a experiência de visita como boa ou muito boa.

Tabela 7. Avaliação global da experiência de visita (em %)

<i>Muito má</i>	<i>Má</i>	<i>Nem Boa nem Má</i>	<i>Boa</i>	<i>Muito Boa</i>
—	—	—	47	53

A maior parte dos visitantes avaliaram como o aspecto mais agradável da visita a arte rupestre propriamente dita (56%), seguindo-se a paisagem (13%) e o desempenho dos Guias (12%). Quanto a uma parte significativa de visitantes (14%), todos os aspectos da visita foram aprazíveis (Tabela 8). Estes dados concordam novamente com os do estudo de Lima e Reis em que mais de três quartos de visitantes avaliaram as gravuras e a paisagem como muito interessantes (Lima e Reis, 2001, p. 153).

Tabela 8. Aspecto mais agradável da visita (em %):

As Gravuras	56
Tudo	14
A Paisagem	13
O Desempenho dos Guias	12
Organização da Visita e do PAVC	4
A Sensação de "Liberdade" Proporcionada pelo Ambiente da Visita	1

Cinquenta e dois por cento dos visitantes consideraram como o aspecto menos agradável as condições ambientais e estruturais que rodeiam a visita, uma consequência do clima seco e quente, durante o qual o inquérito foi realizado, mas também da dureza das estradas de acesso aos sítios. De qualquer modo, destes 52 visitantes apenas 6 acharam ser as estradas de acesso o aspecto menos agradável. É também de sublinhar o facto de que cerca de um quarto dos visitantes não consideraram nenhum aspecto da visita como desagradável (Tabela 9).

Tabela 9. Aspecto menos agradável da visita (em %)

Ambiente no qual a visita é efectuada (calor, pó e falta de sombras; caminhos de acesso aos sítios)	52
Nada	25
Competência dos Guias em falar línguas estrangeiras	8
Restrições resultantes do esquema de visita implantado (acesso restrito, vigilância, proibição de fumar, curta duração da visita e horários de partida rígidos)	6
Informação pré-visita e informação rodoviária sobre a forma de chegar aos Centros de Recepção	5
Organização da Visita e do PAVC	2
As gravuras e uma visualização insuficiente de alguns dos motivos gravados	2

Quanto à avaliação do sistema de visita implementado apenas uns residuais 4% o consideraram nem bom nem mau, enquanto todos os outros entrevistados o avaliaram como bom (51%) ou muito bom (45%) (Tabela 10). Inquiridos acerca de uma possível mudança do sistema de visita que implicasse um aumento no número de visitantes presentes contemporaneamente no mesmo núcleo de arte rupestre, uma esmagadora maioria (96%) consideraram que tal alteração teria um impacto negativo na qualidade da visita (Tabela 11).

Tabela 10. Avaliação do sistema de visita (em %):

<i>Muito Mau</i>	<i>Mau</i>	<i>Nem Bom nem Mau</i>	<i>Bom</i>	<i>Muito Bom</i>
—	—	4	51	45

Tabela 11. Opinião acerca de como a visita seria, em termo da qualidade da experiência se o número de visitantes presentes contemporaneamente nos Núcleos aumentasse (em %):

<i>Muito Pior</i>	<i>Pior</i>	<i>Nem Melhor nem Pior</i>	<i>Melhor</i>	<i>Muito Melhor</i>
42	54	4	—	—

A questão final prendia-se com a importância que os visitantes atribuíram à preservação da arte rupestre do Vale do Côa. Apenas 7% dos visitantes consideraram não ser importante a preservação deste património ou eram indiferentes ao assunto (Tabela 12). Lima e Reis desenvolveram um pouco mais esta questão e concluíram que 77,3% dos seus entrevistados estavam preparados para pagar mais impostos de forma a contribuírem para a preservação do PC em geral, que 93,5% acreditavam que a preservação do património não é um luxo apenas suportável pelos países mais desenvolvidos e que 82% consideraram que o património deve ser preservado mesmo que

seja em detrimento de actividades económicas de carácter mais desenvolvimentista (Lima e Reis, 2001, p. 165).

Tabela 12. Concordância com a questão: "O património de arte rupestre do Vale Côa deve ser preservado?" (em %)

Discordância Veemente	Discordância	Nem Concordância nem Discordância	Concordância	Concordância Veemente
—	2	5	13	80

De qualquer maneira, e como nota final, deve-se referir que os resultados deste inquérito poderão apresentar-se um pouco inflacionados, o que pode ser motivado pelo impacto que a arte e a paisagem têm sobre os visitantes, que tinham terminado a visita há poucos minutos quando foram entrevistados, ou ainda pelo contexto em que as entrevistas foram realizadas (os Centros de Recepção). Seria interessante confrontar estes resultados com os resultados de outros inquéritos futuros realizados junto de não-visitantes, quer habitantes locais quer turistas, que vindo até à região para visitar as gravuras, e que não tendo efectuado pré-marcação, não obtenham vaga nas visitas do PAVC, por estarem todas esgotadas num determinado dia ou semana.

NOTAS

¹ Arqueólogo a exercer funções no PAVC.
Av. Gago Coutinho, 19-A
5150-610 V. N. Foz Côa
abatarda.pavc@ipa.min-cultura.pt

² Este conceito é muito utilizado nos países anglo-saxónicos, onde é denominado por "carrying capacity". Na sua tradução para português, seguimos a sugestão de Jorge de Alarcão (comunicação pessoal).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J.; COSTA, A.; MACHADO, F. (1988) - Famílias, Estudantes e Universidade – painéis de observação sociográfica. *Sociologia. Problemas e Práticas*. Oeiras. 4, p. 11-44.
- AMARO, R. (2001) - Opções, estratégias e actores de desenvolvimento em confronto no caso de Foz Côa. In GONÇALVES, M., coord. - *O Caso de Foz Côa. Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, p. 193-228.
- ANFIELD, J. (1994) - Loving them to death. Sustainable tourism in National Parks. In FLADMARK, J. M., ed. - *Cultural Tourism: Papers presented at the Robert Gordon University Heritage Convention, 1994*. London: Donhead, p. 199-213.
- ANÓNIMO (2001) - Entrevista ao Sr. Eng. Sotero Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. *Notícias de Freixo de Numão*. Freixo de Numão. 08/02/2001, p. 3.
- ANYON, R.; FERGUSON, T. J.; WELCH, J. R. (2000) - Heritage management by American Indian Tribes in the Southwestern United States. In MCMANAMON, F. P.; HATTON, A., eds. - *Cultural Resources Management in Contemporary Society. Perspectives on Managing and Presenting the Past*. London: Routledge, p. 120-141.
- ARCHER, B.; COOPER, C. (1998) - The positive and negative impacts of tourism. In THEOBALD, W. F., ed. - *Global Tourism*. Oxford: Butterworth Heinemann, p. 63-81.
- AUSTRALIA ICOMOS (1999) - *The Australia ICOMOS Charter for the Conservation of Places of Cultural Significance (The Burra Charter)* Adopted 1979, with revisions in 1981, 1988 and 1999, International Council for Monuments and Sites.
- BAHN, P. G. (1995) - Rock art without the caves. *Antiquity*. Cambridge. 69, p. 231-237.
- BAHN, P. G.; BEDNARIK, R. G.; STEINBRING, J. (1995) - The Peterborough Petroglyph Site: Reflections on Massive Intervention in Rock Art. *Rock Art Research*. Melbourne. 12:1, p. 29-41.
- BAHN, P. G. (1996) - New developments in Pleistocene Art, 1990-1994. In BAHN, P.; FOSSATI, A., eds. - *Rock art studies: News of the World I. Recent developments in rock art research. Acts of Symposium 14D at the NEWS95 World Rock Art Congress, Turin and Pinerolo, Italy*. Oxford: Oxbow in association with Centro Studi e Museo d'Arte Preistorica, p. 1-13.

- BAHN, P. G. (1998) - *The Cambridge illustrated history of prehistoric art*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BALBÍN BEHRMANN, R. de; ALCOLEA GONZÁLEZ, J.; SANTOJA, M. (1995) - Siega Verde. Un art rupestre paléolithique à l'air libre dans la vallée du Douro. *Dossiers d'Archéologie*. Dijon. (Déc. 1995/Jan. 1996), 209, p. 98-105.
- BAPTISTA, A. M. (1999) - *No tempo sem tempo : A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, A. M. (2001a) - The Quaternary rock art of the Côa Valley. In ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, A. F., eds. - *Les premiers hommes modernes de la péninsule ibérique*. Actes du Colloque de la Commission VIII de l'UISP. Vila Nova de Foz Côa, 22-24 Octobre 1998. Lisboa: IPA, p. 237-252.
- BAPTISTA, A. M. (2001b) - *Novas descobertas de arte paleolítica de ar livre no Alto Sabor (Trás-os-Montes, Portugal)*. 24/07/02.
<http://www.ipa.min-cultura.pt/news/noticias/2001/paleosabor>
- BERRY, S. (1994) - Conservation, capacity and cashflows: tourism and historic building management. In SEATON, A. V., ed. - *Tourism: the state of the art*. Chichester-New York: John Wiley & Sons, p. 712-18.
- BONIFACE, P.; FOWLER, P. (1993) - *Heritage and tourism in "the global village"*. London-New York: Routledge.
- BONIFACE, P. (1995) - *Managing quality cultural tourism*. London: Routledge.
- BONNICI, A.; CASSAR, J.; SCHEMBRI, P.; VENTURA, F. (1993) - Visitor Impact on a Underground Prehistoric Monument : The Hal Saflieni Hypogeum, Malta. In *ICOM Committee for Conservation 10th Triennial Meeting, Washington, DC, 22-27 August 1993: preprints*, p. 825-30.
- BRICKER Sr., F.; HOLCOMB, T.; DEAN, C. (1999) - A Native American's Thoughts on Preservation and Conservation of Rock Art. In DEAN, C., ed. - *Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.)*. *Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Rock Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994*. Tucson: American Rock Art Research Association, p. 7-9.
- BRUNET, J.; GUILLAMET, E.; PLASSARD, J.; VIDAL, P. (1993) - Elimination de surcharges des tracés préhistoriques: quelques exemples de la grotte du Cro de Granville à Rouffignac (France). In *ICOM Committee for Conservation Triennial Meeting. 10th Triennial Meeting, Washington, D. C., USA, 22-27 August 1993. Preprints*. Paris, ICOM Committee for Conservation, p. 837-841.
- BRUNET, J.; VOUVÉ, J.; VIDAL, P.; MALAURENT, P.; LACAZEDIEU, G. (1995) - Theories and practice of the conservation of our heritage of rock art : Concrete examples of interventions in natural climatic environment. In THORN, A.; BRUNET, J., eds. - *Preservation of Rock Art. Proceedings of Symposium G – Preservation of Rock Art, Second International Congress of the Australian Rock Art Research Association, Cairns 1992*. Occasional AURA Publication No. 9: Melbourne: Australian Rock Art Research Association, p. 1-11.
- BUCKLEY, R.; PANNEL, J. (1990) - Environmental Impacts of Tourism and Recreation in National Parks and Conservation Reserves. *The Journal of Tourism Studies*. Townsville. 1:1, p. 24-32.
- BURTON, R. (1974) - *The recreational carrying capacity of the countryside: a research project presenting the methodology and results of ecological and psychological surveys of Cannock Chase, Staffordshire*. Keele: University.
- CARMAN, J. (1996) - *Valuing Ancient Things: Archaeology under the Law*. New York: Leicester University Press.
- CLARK, K. (2001) - *Informed Conservation: Understanding historic buildings and their landscapes for conservation*. London: English Heritage.
- CONWAY, T. (1979) - Rock art and conservation in Northeastern Ontario. *British Columbia Provincial Museum Heritage Record*, No. 8, p. 127-145.
- COOPER, M.; FIRTH, A.; CARMAN, J.; WHEATLEY, D., eds. (1995) - *Managing archaeology*. London: Routledge.
- DANDRIDGE, D.; KANE, A. (1999) - Vogel Canyon: A Case History of Federal Agency Rock Art Resource Management. In DEAN, C., ed. - *Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.)*. *Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Rock Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994*. Tucson: American Rock Art Research Association, p. 27-32.
- DANGAS, I.; BRUNET, J.; VIDAL, P. (1993) - Interventions: nettoyage des parois, tests de consolidation au Salon Noir de la grotte préhistorique de Niaux (France). In *ICOM Committee for Conservation Triennial Meeting. 10th Triennial Meeting, Washington, D. C., USA, 22-27 August 1993. Preprints*. Paris: ICOM Committee for Conservation, p. 842-847.
- DRAGOVICH, D. (1986) - A plague of locusts, or manna from heaven? Tourists and conservation of cave art in southern France. *Rock Art Research*. Melbourne. 3:2, p. 141-144.
- DRAGOVICH, D. (1995) - Site management and the visitor book, Mootwingee. In WARD, G.; WARD, L., eds. - *Management of Rock Imagery*. Occasional AURA Publication No. 9. Melbourne: Australian Rock Art Research Association, p. 103-106.
- EL MUNDO (2002) - Suspendidas las visitas a la cueva de Altamira. *El Mundo*. 2/09/02.
www.elmundo.es/2002/09/02/cultura/1218919_imp.html
- FIGUEIREDO, E.; MARTINS, F. (2001) - «Uma voz lá dentro»...Expectativas, disposições e razões da população para participar no funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. N.º 59, p. 145-171. Também disponível em: www.ces.fe.uc.pt/coloquio/cidadania/Elisabete_Figueiredo.rtf
- FISHER, A.; KRUTILLA, J. (1972) - Determination of optimal capacity of resource-based recreation facilities. *Natural Resources Journal*. Albuquerque Vol. 12, p. 417-444.

- FOSSATI, A. (2001) - Balanços de cinco anos de um Parque Arqueológico polémico. *O Expresso*. Lisboa. 11/08/2001, p. 6.
- GALE, F. (1985) - Monitoring visitor behaviour at rock art sites. *Rock Art Research*. Melbourne. 2:2, p. 112-7.
- GALE, F.; JACOBS, J. (1986) - Identifying high-risk visitors at aboriginal art sites in Australia. *Rock Art Research*. Melbourne. Vol. 3 (1), p. 3-12.
- GARCÍAS, P. (2001a) - Foz Côa ainda é uma miragem. *O Público*. Lisboa. 14/06/2001, p. 3.
- GARCÍAS, P. (2001b) - ICOMOS elogia Foz Côa. *O Público*. Lisboa. 15/08/2001, p. 36.
- GARCÍAS, P. (2001c) - A mistificação do Côa. *O Público*. Lisboa. 15/08/2001, p. 37.
- GOMES, P. (2002) - *Quem Somos*. Comunicação apresentada no III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Bragança, 26/27/28 Setembro 2002.
- GONÇALVES, M. (2001) - Da «Pré-História» à história do caso de Foz Côa: Arqueologia, Política e Participação. In GONÇALVES, M., coord. - *O Caso de Foz Côa. Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, p. 27-64.
- GRISWOLD, J. (1999) - Camouflaging Graffiti: The Problem of Outdoor Inpainting. In DEAN, C., ed. - *Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.)*. *Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Roc Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994*. Tucson: American Rock Art Research Association, p. 41-6.
- GUIMARÃES, J. A. G., coord. (1997) - *Museu de Ervamoira: Guia do Visitante*. Vila Nova de Gaia. Adriano Ramos Pinto.
- GUIMARÃES, J. A. G. (1998) - Um Museu de Sítio para a Quinta da Ervamoira (Vale do Côa): projecto e programa. *Espaço e Memória*. Revista de Património. Porto. 1, p. 147-185.
- GUY, E. (2002) - Contribution de la stylistique à l'estimation chronologique des piquetages Paléolithiques de la vallée du Côa (Portugal). In SACCHI, D., ed. - *L'art Paléolithique à l'air libre. La paysage modifié par l'image. Tautavel – Campôme, 7 – 9 Octobre 1999*. Saint-Estève. Gaep & Géopré, p. 65-72.
- HACHID, M. (1987) - In situ archaeological heritage in Algeria: Challenges and resources. In HODGES, H., ed. - *In situ archaeological conservation: proceedings of meetings April 6-13, 1986, Mexico*. Getty Conservation Institute: Los Angeles, p.24-31.
- HALL, C. M.; MCARTHUR, S. (1996) - The Human Dimension of Heritage Management. Different Values, Different Interests, Different Issues. In HALL, C. M.; MCARTHUR, S., eds. - *Heritage Management in Australia and New Zealand*. Melbourne. Oxford University Press, p. 2-21.
- HALL, C. M.; MCARTHUR, (1998) - *Integrated Site Management*. London: The Stationery Office.
- HARRISON, D.; PRICE, M.,(1996) - Fragile Environments, Fragile Communities? An Introduction. In PRICE, M., ed. - *People and tourism in fragile environments*. Chichester: John Wiley & Sons, p. 1-18.
- HUXLEY, T. (1994) - Where the Shoe Hurts. The Ecological Impacts of Tourism. In FLADMARK, J. M., ed. - *Cultural Tourism: Papers presented at the Robert Gordon University Heritage Convention, 1994*. London: Donhead, p. 179-198.
- HYGEN, A. (1996) - Conservation, intervention or destruction of rock art? Some Scandinavian experiences. *Rock Art Research*. Melbourne, 13:1, p. 49-52.
- INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2001) - *Censos 2001 : Resultados Preliminares*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística. Também disponível em: www.ine.pt
- IPM – INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (2002) - *Estatísticas de Visitantes*. www.ipmuseus.pt/cgi-bin/ipmuseus/content_museus_estat_00_2.html
- JACOBS, J.; GALE, F. (1994) - *Tourism and the Protection of Aboriginal Cultural Sites*. Canberra: Australian Government Publishing Services.
- JORGE, S. O.; JORGE, V. O.; ALMEIDA, C.; SANCHES, M.; SOEIRO, M. (1981) - Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta). *Arqueologia*. Porto. 3, p. 3-12.
- KERR, J. (1996) - *The conservation plan: a guide to the preparation of conservation plans for places of European cultural significance*. Sydney. Fourth edition: J. S. Kerr for National Trust of Australia (NSW).
- KESSEY, J. (1995) - Indigenous Control of rock imagery in Tanzania. In WARD, G.; WARD, L., eds. - *Proceedings of Symposium H – Management of Rock Imagery, Second International Congress of the Australian Rock Art Research Association, Cairns 1992*. Occasional AURA Publication No. 9. Melbourne Australian Rock Art Research Association, p. 20-21.
- LAMBERT, D. (1989) - *Conserving Australian Rock Art: A Manual for Site Managers*. Canberra: Aboriginal Studies Press.
- LARSEN, K. E., ed. (1995) - *Nara Conference on Authenticity in relation to the World Heritage Convention, November 1994*. Tokyo: UNESCO World Heritage Centre; Agency for Cultural Affairs (Japan); ICCROM; ICOMOS.
- LEÃO, F.; BERLINER, A. L.; PINHO, R.; COSTA, A.; PEREIRO, R. (2002) - Fauna e Flora. In CABRAL, J.; COELHO, C. - *Proposta de Criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa*. [s/l]. IDAD/PAVC, p. 41.
- LEASK, A., YEOMAN, I., eds. (1999) - *Heritage Visitor Attractions: an Operations Management Perspective*. London-New York: Cassell.
- LÉLÉ, S. (1991) - Sustainable Development: A Critical Review. *World Development*. Oxford. 19:6, p. 607-621.
- LIM, I. (1999) - Rock Art as a Cultural Heritage Resource: Strategies for Administration. In DEAN, C., ed. - *Rock Art Preservation and Conservation Symposium (1994: Flagstaff, Ariz.)*. *Images Past, Images Present: the Conservation and Preservation of Rock Art. Proceedings from the Roc Art Preservation and Conservation Symposium, International Rock Art Congress, Flagstaff, Arizona, 1994*. Tucson: American Rock Art Research Association, p. 11-20.

- LIMA, A. V.; REIS, M. (2001) - O culto moderno dos monumentos. Os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa. In GONÇALVES, M., coord. - *O Caso de Foz Côa. Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70, p. 145-192.
- LOUBSER, J. (1995) - A tale of two shelters: contrasting site management in South Africa and Lesotho. In WARD, G.; WARD, L., eds. - *Proceedings of Symposium H – Management of Rock Imagery, Second International Congress of the Australian Rock Art Research Association, Cairns 1992*. Occasional AURA Publication No. 9. Melbourne: Australian Rock Art Research Association, p. 22-5.
- LOWENTHAL, D. (1993) - Authenticity? The dogma of self-delusion. In JONES, M., ed. - *Why fakes matter: essays on problems of authenticity*. London: British Museum Press for the Trustees of the British Museum, p. 184-192.
- LOWENTHAL, D. (1994) - The value of age and decay. In KRUMBEIN, W. E.; BRIMBLECOMBE, P.; COSGROVE, D. E.; STANFORTH, S., eds. - *Durability and Change: The Science, Responsibility and Cost of Sustaining Cultural Heritage Resources*. Report of the Dahlem Workshop, December 1992. Chichester: John Wiley, p. 39-49.
- LUÍS, L. (2000) - Patrimoine Archéologique et politique dans la vallée du Côa au Portugal. *Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82, 4, p. 47-52.
- MCC – MINISTÈRE DE LA CULTURE ET DE LA COMMUNICATION (2002) - *Recherches, études, statistiques*. www.culture.fr/dep/
- MENESES, S. (1998) - Entrevista a Mila Simões de Abreu. *Sete*. Lisboa. 08/09/1998, p. 4.
- MERRIMAN, N. (2000) - *Beyond the Glass Case: The Past, the Heritage and the Public*. London: UCL Institute of Archaeology.
- MÓNICA, M. F. (2001) - Havemos de ir a Foz Côa. *O Público*. Lisboa. 16/11/2001, p. 16.
- MUÑOZ, J. (2002) *La Junta comienza a proteger Siega Verde*. 10/07/02. <http://www.elperiodico.com/EDSALAMANCA/ED020413/CAS/CARP01/text028.asp>
- OOSTERBEEK, L. (1995) - Foz Côa: O Deserto de Betume e as Falsas Oposições. In Jorge, V. O. (coord) *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 675-8.
- OVINGTON, J. D.; GROVES, K.; STEVENS, P.; TANTON, M. (1974) - Changing Scenic Values and Tourist Carrying Capacity of National Parks: An Australian example. *Landscape Planning*. Amsterdam. Vol. 1, p. 35-50.
- PEINADO, A. (2002) - *La Junta procede al vallado del yacimiento de Siega Verde tras sufrir varias agresiones*. 06/07/02. <http://www.tribuna.net/13-4-2002/provincia7.asp>
- PEREIRA, C. (1999) - Aborígenes no vale do Côa: Parque Arqueológico elogiado por especialistas internacionais. *O Público*. Lisboa. 16/05/1999, p. 35.
- PHILLIPS, A. (1997) - Landscape Approaches to National Parks and Protected Areas. In NELSON, J.; SERAFIN, R., eds. - *National Parks and protected areas: keystones to conservation and sustainable development*. Berlin-New York: Springer, p. 31-42.
- PRENTICE, R. (1993) - *Tourism and Heritage Attractions*. London: Routledge.
- RAPOSO, L. (1995) - "Les Jeux Sont Faits". In Jorge, V. O. (coord) *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 731-4
- REBANDA, N. (1995) - *Trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- RIPOLL LÓPEZ, S.; MUNICIO GONZÁLEZ, L. (1994) - A large open air grouping of Palaeolithic rock art in the Spanish Meseta. *International Newsletter on Rock Art*. Foix. 7, p. 2-5.
- SACCHI, D. (1995) - Brèves remarques à propos su site d'art rupestre de Foz Côa (Portugal), de son importance et de son devenir. In JORGE, V. O., coord. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35:4. *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto, 12-18 de Outubro de 1993*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, p. 519-522.
- SALEEM, N., (1994) - The destination capacity index: a measure to determine the tourism carrying capacity. In SEATON, A. V., ed. *Tourism: the state of the art*. Chichester, New York: John Wiley & Sons, p. 144-151.
- SCARRE, C. (1998) - *Exploring Pre-Historic Europe*. New York, Oxford: Oxford University Press.
- SHACKLEY, M. (1999) - Visitor management. In LEASK, A.; YEOMAN, I., eds. - *Heritage Visitor Attractions: an Operations Management Perspective*. London-New York: Cassell, p. 69-82.
- SHELBY, B.; HEBERLEIN, T. (1986) - *Carrying Capacity in recreation settings*. Corvallis: Oregon State University Press.
- SISTAN (2002) - *Statistiche culturali indice*. www.sistan.beniculturali.it/Indexstat.htm
- SOLEILHAVOUP, F. (1993) - Art rupestre et aménagement du territoire: contradiction entre mise en valeur et conservation. In *ICOM Committee for Conservation Triennial Meeting. 10th Triennial Meeting, Washington, D. C., USA, 22-27 August 1993. Preprints*. Paris: ICOM Committee for Conservation, p. 853-56.
- STANLEY-PRICE, N. (1996) - *Report to the Côa Valley Archaeological Park*. Relatório preparado para o Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- STANLEY-PRICE, N. (2000) - Conservation and management of prehistoric sites rock art sites on the World Heritage List. A report on the Côa Valley Symposium, 1999. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. London 4:1, p. 7-58.

- START, D. (1999) - Community archaeology. Bringing it back to local communities. In CHITTY, G.; BAKER, D., eds. - *Managing historic sites and buildings. Reconciling presentation and preservation*. London: Routledge, p. 49-60.
- STRECKER, M.; TABOADA, F. (1999) - Rock art protection in Bolivia. *Rock Art Research*. Melbourne. 16:1, p. 36-41.
- SULLIVAN, H. (1995) - Visitor management at painting sites in Kakadu National Park. In WARD, G.; WARD, L., eds. - *Management of Rock Imagery*. Occasional AURA Publication No. 9, p. 82-5.
- TAVARES, M. S. (2000) - O preço da demagogia. *O Interior*. Guarda. 03/2000, s/n.
- THACKRAY, D. (1999) - Conservation Plans and the National Trust. In CLARK, K., ed. - *Conservation Plans in Action: Proceedings of the Oxford Conference*. London: English Heritage, p. 57-64.
- THORN, A. (1991) - The removal of recent overpaint from the image of Bunjil. In PEARSON, C.; SWARTZ Jr, B. K., eds. - *Rock art and posterity. Conserving, managing and recording rock art*. Occasional AURA Publication No. 4. Australian Rock Art Research Association. Melbourne, p. 71-9.
- TIVY, J. (1972) - *The concept and determination of carrying capacity of recreational land in the USA: a review of relevant literature up to the end of September, 1971, together with a bibliography on the ecological effects of recreational activities*. Perth: Countryside Commission for Scotland.
- TURNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. (1996) - *Dissonant heritage: the management of the past as a resource in conflict*. Chichester: John Wiley & Sons.
- TYAGI, G. (1991) - Conservation of Indian rock art. In PEARSON, C.; SWARTZ Jr, B. K., eds. - *Rock art and posterity. Conserving, managing and recording rock art*. Occasional AURA Publication No. 4. Australian Rock Art Research Association. Melbourne, p. 28-9.
- UCKO, P. J. (2000) - Enlivening a "dead" past. *Conservation and management of archaeological sites*. London. 4, p. 67-92.
- UNESCO (1999) - *Report on the twenty-second session of the World Heritage Commission. Kyoto, Japan. 30 November – 5 December 1998*. Paris. World Heritage Commission.
- VIDAL, P.; VOUVÉ, J.; BRUNET, J. (1991) - La grotte des Combarelles I aux Eyzies: Aménagement et contact direct du public avec les oeuvres pariétales. In PEARSON, C.; SWARTZ Jr, B. K., eds. - *Rock art and posterity. Conserving, managing and recording rock art*. Occasional AURA Publication No. 4. Melbourne. Australian Rock Art Research Association. 16-23.
- VIDAL, P. (2001) - *L'art rupestre en péril: un patrimoine mondial a sauver*. Périgueux, Pilote.
- ZILHÃO, J. (1998) - The rock art of the Côa valley, Portugal. Significance, conservation and management. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. London. Vol. 2, p. 193-206.
- ZILHÃO, J.; AUBRY, T.; CARVALHO, F. (1999) - L'art rupestre de la vallée du Côa. Aperçu général des problèmes de recherche et de gestion. *Anthropologie et Préhistoire*. 110, p. 47-59.
- ZILHÃO, J. (2001) - Despacho n° 19/GAB.DIR/2001. Regulamento de visitas ao Parque Arqueológico do Vale do Côa. Lisboa. IPA.

REFERÊNCIAS DAS FIGURAS UTILIZADAS NO TEXTO

- Fig. 1 – LARGO, J./LARGO NAVAJOLAND TOURS (2001)
<http://www.navajolandtours.com/images/guidesign.jpg>.
- Fig. 2 – LUÍS, L. (2000). Não Publicado.
- Fig. 3 – LUÍS, L. (2001). Não Publicado.
- Fig. 4 – BAPTISTA, A. M./CNART (1999) - *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa. Parque Arqueológico do Vale do Côa, p. 116.

